

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2002

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral, superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional.

Estrutura Regimental

O DNPM tem a seguinte estrutura organizacional (Aprovada pelo Decreto nº 3.576, de 30/08/2000, DOU de 31/08/2000):

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral:

- a) Gabinete; e
- b) Procuradoria-Geral;

II - órgão seccional: Diretoria de Administração Geral;

III - órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro;
- b) Diretoria de Fiscalização Mineral; e
- c) Diretoria de Desenvolvimento Mineral e

Relações Institucionais; e

IV - órgãos descentralizados: Distritos.

- 1º Distrito no Estado do Rio Grande do Sul
- 2º Distrito no Estado de São Paulo
- 3º Distrito no Estado de Minas Gerais
- 4º Distrito no Estado de Pernambuco
- 5º Distrito no Estado do Pará
- 6º Distrito no Estado de Goiás
- 7º Distrito no Estado da Bahia
- 8º Distrito no Estado do Amazonas
- 9º Distrito no Estado do Rio de Janeiro
- 10º Distrito no Estado do Ceará
- 11º Distrito no Estado de Santa Catarina
- 12º Distrito no Estado do Mato Grosso

- 13° Distrito no Estado do Paraná
- 14° Distrito no Estado do Rio Grande do Norte
- 15° Distrito no Estado da Paraíba
- 16° Distrito no Estado do Amapá
- 17° Distrito no Estado do Tocantins
- 18° Distrito no Estado de Sergipe
- 19° Distrito no Estado de Rondônia
- 20° Distrito no Estado do Espírito Santo
- 21° Distrito no Estado do Piauí
- 22° Distrito no Estado do Maranhão
- 23° Distrito no Estado do Mato Grosso do Sul
- 24° Distrito no Estado de Roraima
- 25° Distrito no Estado de Alagoas

□ Observações:

- O Estado do Acre está subordinado ao 19° Distrito localizado em Rondônia e,
- O Distrito Federal ao 6° Distrito localizado em Goiás.

Função Objetiva

O DNPM é o órgão federal, gestor dos bens minerais do Brasil, em benefício da sociedade.

Importância Sócio-econômica

A importância sócio-econômica da atividade do órgão é preponderantemente notada quando o DNPM mostra-se mais ágil, dando uma resposta a contento à sociedade, sempre na busca de uniformizar procedimentos, de acelerar a tramitação de requerimentos de pesquisa e lavra, diminuir a burocracia; divulgar o setor e suas estatísticas para que os segmentos envolvidos (empresarial, governamental, acadêmico, etc.) elaborem seu planejamento; confeccionar mapas em escalas adequadas; fomentar o desenvolvimento científico, patrocinar congressos e outros eventos do setor e proporcionar segurança aos títulos minerários existentes.

Museu de Ciências da Terra

O Museu de Ciências da Terra é a própria memória intangível das atividades do DNPM e o registro material das atividades brasileiras na geologia e na mineração.

Está situado no segundo andar do imponente prédio nº 404, da avenida Pasteur, no Rio de Janeiro, compreende as coleções de rochas, minerais, meteoritos e fósseis, coletados pelo DNPM, nos seus 95 anos de existência. Conta, também, com uma rica coleção de documentos e fotos, além de uma biblioteca de mais de 90 mil volumes.

Todo esse acervo, precisa ser rotineiramente organizado, conservado, identificado, estudado e divulgado, uma vez que ele, como um todo, representa o maior legado que uma instituição, da área da geologia e da mineração, deixa para a posteridade. O estudo científico dessas coleções permite, ao mesmo tempo, conhecer a geologia do Brasil e reconhecer o esforço da instituição em desvendá-la.

Atualmente, o Museu de Ciências da Terra conta com uma exposição paleontológica temporária ... **no tempo dos dinossauros** e com a exposição mineralógica permanente, a qual vem sendo reorganizada. A frequência de público a essas exposições, desde março de 2002, foi de 27.675 visitantes. A visitação é de terça a domingo das 10 às 16 horas.

No início do mês de dezembro, foi fundada, pelos amigos e colaboradores do Museu, a associação Museu de Ciências da Terra, organização civil sem fins lucrativos, que tem como objetivo a divulgação, desenvolvimento, atualização e aprimoramento dos acervos sob a responsabilidade do Museu.



Foto da Exposição No Tempo dos Dinossauros



Foto da Exposição No Tempo dos Dinossauros



Foto da Exposição No Tempo dos Dinossauros



Foto da Exposição No Tempo dos Dinossauros

Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (Museu de Fósseis)

Atividades do ano de 2002

O Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (CPCA), está subordinado ao 10º Distrito do DNPM, no Estado do Ceará. As atividades do primeiro semestre de 2002, em função da ampliação do prédio onde está sediado o CPCA, restringiram-se ao apoio técnico-científico às diversas instituições de ensino e pesquisa e a fiscalização dos depósitos fossilíferos. Somadas a estas, no segundo semestre, foi reorganizado o material de exposição, bibliográfico e acervo técnico fossilífero. Ao longo do ano, efetuaram-se 31 doações para entidades de ensino fundamental, superior e museus, dentre esses: UFC, UECE (CE); USP, UNESP (SP), UFRJ, UERJ (RJ), UFPR, UNIOESTE (PR); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Faculdade Adventista da Bahia (BA); Museu de História Natural de Taubaté, Museu do Índio Botocudo (MG). No segundo semestre do ano de 2002, o Museu do CPCA (Crato, CE) registrou no livro de visitas, um total de 2590 visitantes, sendo 517 oriundos de outros estados, 17 estrangeiros e 2056 visitantes locais.



Vista interna do Museu



Vista interna do Museu



Vista interna do Museu.



Fóssil em exibição no Museu



Fóssil em exibição no Museu

Outorga de Títulos

A média anual de emissão de Alvarás de Pesquisa, entre 1986 e 1997 era da ordem de 3.700. Em 1999 foram publicados 7.600 Alvarás de Pesquisa, no ano 2000 foi alcançado o recorde de 21.220; em 2001 foram emitidos 11.225 e em **2002 9.309**.

O Alvará de Pesquisa é o passaporte para o minerador (pessoa física ou jurídica) ter acesso à área pretendida e a demora na sua emissão atrasa toda a série de operações que levam à fase de lavra do minério, normalmente alcançada após um período de 3 a 6 anos de pesquisa.

Até meados de 1999, um simples Alvará de Pesquisa demorava em média 4 anos (alguns 30 anos) desde o pedido até a outorga. Com as mudanças normativas e a informatização iniciadas a partir de julho de 1999, foi possível desenvolver um sistema de gestão dos títulos minerários. Além disso outras medidas de caráter normativo foram executadas, desobstruindo-se os pontos de estrangulamento, desde o pedido de Alvará de Pesquisa até a correspondente publicação no Diário Oficial da União.

Hoje, o minerador tem certeza de que seu pedido de Alvará será analisado, assinado e publicado em torno de um mês.

Os 9.309 Alvarás de Pesquisa publicados em 2002, representam uma revolução e sinalizam a postura do governo brasileiro na atração de investimentos para a mineração.

De 1992 a 1999 a média anual de outorga de Portarias de Lavra era de 128. Em 2000 foram 300; em 2001 alcançou-se a marca de 309 novas Portarias, e em 2002 foram **362**, um aumento de 17,2% em relação ao ano anterior.

Destaque no ano de 2002, como também ocorreu em 2001, são os Registros de Extração, nova modalidade de aproveitamento de bens minerais, de uso exclusivo do Poder Público, principalmente para as Prefeituras Municipais. Título este, que traz no seu bojo, um grande vetor social, barateando sobremaneira os custos das obras desenvolvidas pelos entes públicos, vez que, estes, não precisam mais comprar de terceiros, os bens minerais usados em suas obras. Durante o ano, foram publicados **90** Registros de Extração.

Outro destaque no ano de 2002, foram as Permissões de Lavra Garimpeira (PLG), o DNPM editou **338**, basta lembrar que a média dos últimos três anos foi de 45 PLGs/ano. A grande concentração destes títulos minerários, deu-se no Estado do Rio Grande do Sul.

SIGMINE

Lançado em outubro de 2002, durante o II Seminário de Política e Economia Mineral, o SIGMINE consiste em um Sistema de Informações Geográficas que acessa a mesma base de dados do Cadastro Mineiro hoje existente, e que passa por uma profunda depuração, visando difundir informações atuais, seguras e consistentes.

O Sistema irá progressivamente prover seus usuários dos mais modernos instrumentos para consultas e análises relacionais de caráter espacial, relacionando-os aos dados tabulares (cadastrais) dos Títulos Minerários e às bases cartográficas digitais, em diferentes “layers” ou camadas, confrontando os “overlays” das áreas de concessão com áreas especiais, de exclusão, restrição ou concorrentes em relação às concessões minerais (e.g. reservas indígenas, áreas de parques e proteção ambiental, faixas de fronteira, etc), além de bases geopolítica, geológica e de infra-estrutura básica. Estes dados deverão paulatinamente e progressivamente estar disponíveis na Internet.

Sítio na Internet: www.dnpm.gov.br

Todas as principais estatísticas da mineração brasileira estão disponibilizadas na Internet. Na página é encontrada toda a legislação mineral brasileira, em toda sua hierarquia, desde os artigos da Constituição Federal que fazem referência à mineração até Circulares do Diretor-Geral.

Dentre as informações mais importantes disponibilizadas durante o ano de 2002, podem ser citadas:

- ☒ SIGMINE
- ☒ RAL 2002
- ☒ Informe Mineral - 2002
- ☒ Balanço Mineral Brasileiro – 2001;
- ☒ Sumário Mineral 2002
- ☒ Universo da Mineração Brasileira – 2000
- ☒ Evolução dos Títulos Minerários (mês a mês);
- ☒ Atualização de toda a Legislação Mineral;

⊗ Disponibilização de todos os atos, do DNPM, publicados no Diário Oficial da União;

⊗ Disponibilização de todos os atos do Ministro de Minas e Energia referentes à mineração, publicados no Diário Oficial da União;

⊗ Disponibilização de todos os atos do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia referentes à mineração, publicados no Diário Oficial da União;

⊗ Atualização do Calendário de Eventos sobre mineração, dentre outros trabalhos de interesse do setor;

⊗ Disponibilização dos Projetos de Lei que estão tramitando no Congresso Nacional, com o objetivo de que toda a comunidade conheça as proposições que estão sendo elaboradas pelos nossos legisladores.

⊗ Disponibilização de todos os textos (na íntegra) dos Alvarás de Pesquisa.

⊗ Disponibilização de todos os textos (na íntegra) das Portarias de Lavra.

⊗ Disponibilização de todos os textos (na íntegra) das Permissões de Lavra Garimpeira.

⊗ Disponibilização de todos os textos (na íntegra) dos Registros de Extração.

⊗ Disponibilização de todos os formulários de Requerimentos (Autorização de Pesquisa, Regime de Extração, Permissão de Lavra Garimpeira e Regime de Licença).

Com o objetivo de dar maior transparência às ações da Autarquia, também são disponibilizados os textos de todos os Convênios, Acordos de Cooperação Técnica, Termos Aditivos, assinados entre o DNPM e outras instituições que envolvam repasses de recursos.

O DNPM também disponibiliza nesse mesmo sítio, todo o seu Orçamento, bem como a Execução Orçamentária do ano em curso, fato este inédito na Administração Pública Federal. O objetivo deste serviço, é o de demonstrar ao contribuinte, onde e como o Governo Federal, está aplicando os recursos que foram à Autarquia destinados, no Orçamento Geral da União.

Outro trabalho que merece destaque é o do envio por meio de mala direta eletrônica das atividades do Departamento, para mais de 2.200 (dois mil e duzentos) *e-mails* cadastrados,. Participam dessa mala direta eletrônica, para receber comunicações do DNPM: todos os deputados federais e senadores,

geólogos e engenheiros de minas autônomos, associações de classe (da área mineral), instituições de ensino, institutos de pesquisa, empresas de mineração, etc.

O Sítio recebeu **367.128** visitas, durante o ano de 2002, perfazendo um total de **907.780**, desde a sua implantação em janeiro de 1997.

Fomento à Atividade de Mineração

Durante o ano 2002, o Departamento, cumprindo o estabelecido na Lei que o criou, que tem como objetivos principais o de promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional e fazer a sua divulgação, participou de dois congressos instalando estandes, no Congresso Brasileiro de Geologia o nosso estande foi em conjunto com a CPRM.

7º Congresso Brasileiro de Municípios - Brasília - DF
(Março);



41º Congresso Brasileiro de Geologia – João Pessoa – PB
(Setembro).



Matérias em Tramitação no Legislativo de Interesse da Mineração em Geral

Durante o ano 2002 foram acompanhados pelo DNPM, os trabalhos do Congresso Nacional. Pelas duas casas legislativas: Câmara e Senado, tramitam matérias de interesse do setor mineral, e o DNPM encontra-se presente, por meio do Assessor do Diretor-Geral, juntamente com a Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia, observando o interesse nacional sobre os bens minerais, defendendo as proposições que venham a trazer resultados positivos para a mineração brasileira. Vale lembrar que todos os Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, têm seus textos, na íntegra, disponibilizados no sítio do DNPM

Atividades da Diretoria-Geral

Dando continuidade aos trabalhos regidos pelo Código de Mineração e sua Legislação Complementar, durante o ano 2002, o Diretor-Geral do DNPM, aprovou, dentre todos os atos assinados, os aqui enumerados, que têm seu conteúdo voltado diretamente para a normatização da atividade mineral, uniformização de procedimentos e publicados no Diário Oficial da União. Naturalmente não estão aqui listados os atos de ordem estritamente administrativa.

PORTARIA Nº 1, DE 04 DE JANEIRO DE 2002 -
DOU de 07/01/2002 - Dispõe sobre o Relatório Anual de Lavra 2002 (ano-base 2001).

PORTARIA Nº 12, DE 22 DE JANEIRO DE 2002 -
DOU de 29/01/2002 - Altera dispositivos do ANEXO I da Portaria nº 237, de 18 de outubro de 2001.

PORTARIA Nº 228, DE 29 DE ABRIL DE 2002,
DOU DE 03 DE MAIO DE 2002 - Designa Grupo de Trabalho, integrado por técnicos do DNPM, para viabilizar a elaboração do Manual de Fiscalização do DNPM.

PORTARIA Nº 229, DE 29 DE ABRIL DE 2002,
D.O.U. DE 02/05/2002 - Cria Criar Grupo de Trabalho para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Portaria, examinar, elaborar e propor instruções e normas para classificação de recursos e reservas minerais no País.

PORTARIA Nº 243 , DE 14 DE MAIO DE
2002, DOU DE 15 DE MAIO DE 2002 - Delega competência ao Chefe do 1º DS/DNPM/RS para assinar atos.

PORTARIA Nº 284 , DE 19 DE JUNHO DE 2002,
D.O.U. DE 21/06/2002 - Delegação de competência ao Chefe do 11º DS/DNPM/SC.

PORTARIA Nº 336, DE 19 DE JULHO DE 2002,
DOU DE 08 DE AGOSTO DE 2002 - Cria e instala a Câmara Permanente de Gestão das Normas Reguladoras de

Mineração - CPG/NRM para acompanhar e orientar a implementação do disposto nas referidas normas.

PORTARIA Nº 337, DE 19 DE JULHO DE 2002, DOU DE 29 DE JULHO DE 2002 - Cria Grupo de Trabalho para elaborar as seguintes propostas: 1. Instituição de uma nova classificação para as águas minerais; 2. Instituição de uma norma técnica referente à “Aplicação de Ozônio na Indústria de Água Mineral”.

PORTARIA Nº 350, de 06 de AGOSTO de 2002, DOU DE 13 DE AGOSTO DE 2002 - Sobre ocorrência de substâncias minerais não garimpáveis nas áreas estabelecidas para garimpagem; substância mineral garimpável em áreas objeto de licenciamento, autorização de pesquisa, concessão de lavra, manifesto de mina ou registro de extração.

PORTARIA Nº 355, DE 9 DE AGOSTO DE 2002, DOU DE 16 DE AGOSTO DE 2002- Prorroga o prazo da Portaria nº 229, de 29 de abril de 2002, publicada no DOU de 02/05/2002, para recebimento de sugestões, com a finalidade de aprimorar o texto técnico básico da proposta de Norma para Classificação e Aprovação de Recursos e Reservas Minerais.

PORTARIA Nº 374, DE 21 DE AGOSTO DE 2002, DOU DE 22 DE AGOSTO DE 2002 - Prorroga o prazo da Portaria nº 228, de 29 de abril de 2002 (Manual de Fiscalização do DNPM).

PORTARIA DE Nº Nº 375, DE 21 DE AGOSTO DE 2002, DOU DE 23 DE AGOSTO DE 2002 - Cria grupo de trabalho - GT para, no prazo de 120 dias a contar da data de publicação desta portaria no DOU, elabora uma proposta de diretrizes governamentais para o setor mineral “sobre desativação de empreendimento mineiro”.

PORTARIA Nº 378, DE 21 DE AGOSTO DE 2002, DOU DE 29 DE AGOSTO de 2002 - Cria o Comitê Permanente de Estudos do Aquífero Guarani -CPEAG, com o objetivo de prover o DNPM de todos os elementos de conhecimento técnico a respeito deste aquífero.

PORTARIA Nº 379, DE 26 DE AGOSTO DE 2002, DOU DE 27 DE AGOSTO DE 2002 - Designa integrantes do Grupo de Trabalho criado por meio da Portaria nº 337, de 19 de julho de 2002.

PORTARIA Nº 381, DE 29 DE AGOSTO DE 2002, DOU DE 30 DE AGOSTO DE 2002 - revoga as Portarias nº 257, de 31 de agosto de 2000 publicada no DOU de 01/09/2000 e nº 180, de 28 de agosto de 2001, publicada no DOU de 31/08/200 (Termas de Ibirá-SP).

PORTARIA Nº 404, DE 16 DE SETEMBRO DE 2002, DOU DE 20 DE SETEMBRO DE 2002 - Tornar sem efeito a Portaria nº 328, de 09.07.2002, publicada no Diário Oficial da União de 11.07.2002, seção 2, página25.

PORTARIA Nº 408, de 27/09/2002, DOU de 04/10/2002 - Disciplina as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício no DNPM.

PORTARIA Nº 776, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002, DOU DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002 - Cria Grupo de Trabalho para elaborar proposta de Norma Reguladora e respectivos manuais e instruções, com a finalidade de disciplinar o aproveitamento e orientar a fiscalização dos depósitos fossilíferos no Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002, DOU DE 04 DE ABRIL DE 2002 – Dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, devida pelas empresas detentoras de direitos minerários que exercem atividade balneária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 05 DE SETEMBRO DE 2002, DOU DE 10 DE SETEMBRO DE 2002 - Revoga o art. 4º, da Instrução Normativa n.º 06, de 09 de junho de 2000.

O Diretor-Geral concedeu, durante o ano, quase uma centena de audiências a parlamentares, prefeitos de municípios brasileiros, representantes de tribos indígenas, garimpeiros, delegações de empresários brasileiros e de vários países, membros

do corpo diplomático credenciados no Brasil, com o objetivo de analisar e encaminhar a melhor solução dos vários problemas apresentados.

Às delegações de empresários estrangeiros, tem mostrado o Brasil e o seu potencial de competitividade perante os outros países.

O Diretor-Geral participou de vários eventos do setor mineral, proferindo conferências em Congressos, associações de produtores minerais, etc.

No âmbito externo participou:

- Como membro da delegação brasileira no “*PDAC 2002 – International Convention and Trade Exhibition*” e “*World Mines Ministries Forum*”. Toronto – Canadá, Março.

- Como membro da delegação brasileira no “*Resourcing the Future*” - Toronto – Canadá, Abril.

- Como membro da delegação brasileira no *World Summit on Sustainable Development* - Joanesburgo – África do Sul, Agosto e Setembro. Durante o evento, foi realizada visita técnica à Mina Premier, de diamante, da Empresa De Beers, naquele País.

No âmbito interno proferiu palestras: na Confederação Nacional da Indústria (Brasília-DF - Fevereiro); no 7º Congresso Brasileiro de Municípios (Brasília-DF, Março) no 1º Fórum Amazônico sobre Águas (Manaus-AM – Maio); na XIX Semana de Estudos Metalúrgicos (Ouro Preto-MG, Junho); na Mesa Redonda Calcário na Sustentabilidade Agropecuária e Melhoria dos Recursos Hídricos (Curitiba – Agosto); no 40º Congresso Brasileiro de Química (Rio de Janeiro-RJ – Setembro); no 11º Congresso Brasileiro da Indústria de Águas Minerais (Natal-RN – Setembro); no SEBRAE (Brasília-DF, Outubro); no II Seminário de Política e Economia Mineral (Brasília – Outubro); no 4º Congresso Internacional sobre Planejamento e Gestão Ambiental em Centros Urbanos - ECO URBS 2002 (Florianópolis-SC – Dezembro).

Assinou convênios para fiscalização da CFEM com os Prefeitos dos seguintes municípios: Itaoca (SP); Tijucas do Sul (PR); Mococa (SP); Cocalinho (MT); Tangará da Serra (MT); São Lourenço da Serra (SP); Iporanga (SP); Caxias do Sul (RS); Sinop (MT); Juquitiba (SP); Campo Alegre (SC); Butiá (RS); Correia Pinto (SC); Criciúma (SC); Dom Aquino (MT); Candeias do Jamari (RO); Piraquara (PR); Igarassu (PE); Santa Cruz da Vitória (BA); Glória do

Oeste (MT); Camaragibe (PE); Capão do Leão (RS); Rosário Oeste (MT); Araxá (MG); Nobres (MT); Goiana (PE); Itaguaçu (ES); Andradas (MG); Vila Pavão (ES); Boituva (SP); Colatina (ES); Caridade (CE); Águia Branca (ES); Medina (MG); Crato (CE); Aracati (CE); Meruoca (CE); Água Doce do Norte (ES); Caucaia (CE); Vila Propício (GO); Anicuns (GO); São Simão (SP); Panamá (GO); Itapeva (SP); Itu (SP).

Com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SCTMA a Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH, assinou convênio de cooperação técnica e financeira, visando a implementação de ações conjuntas direcionadas à fiscalização e controle ambiental da atividade de mineração, incluindo as águas minerais no Estado de Pernambuco. Uma das ações deste Convênio é a implementação do Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana do Recife.

Firmou convênio de cooperação técnica com a Minerais do Paraná S. A (MINEROPAR), objetivando a implementação de estudos e projetos direcionados ao planejamento do setor de mineração no Estado do Paraná. Uma das ações deste Convênio será a formulação do Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Curitiba.

Com os Secretários de Estado da Indústria, Comércio e Mineração, bem como com o da Fazenda do Mato Grosso, firmou convênio de cooperação técnica visando a fiscalização da CFEM.

Assinou Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas nos campos da segurança e saúde do trabalhador e da segurança técnica na atividade minerária.

Firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Gorceix para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura (MG), visando a implementação de estudos, programas e projetos direcionados ao desenvolvimento sustentável do Setor Mineral do País, notadamente no Estado de Minas Gerais. Uma das ações deste Acordo é a elaboração de banco de dados necessário para a execução de um Plano Diretor de Mineração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Assinou convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura – FUNPAR, com o objetivo de elaborar um programa de trabalho, com ações em todas as unidades da federação, para a intensificação do uso e promoção da multifuncionalidade da agricultura brasileira, à luz das evidências

resultantes do estudo “Calcário – Recurso Mineral na Sustentabilidade Agropecuária e Melhoria dos Recursos Hídricos”, desenvolvido no âmbito do acordo de cooperação técnica firmado entre o DNPM e a FUNPAR. Os trabalhos serão desenvolvidos em duas fases, sendo que na primeira fase serão tratadas as ações relativas a treze Unidades da Federação: RS, SC, PR, GO, MA, MT, PA, PE, SP, TO, BA, AM, PI e na segunda fase as demais unidades da federação, de acordo com o termo de referência e o plano de trabalho que passam a integrar o Convênio.

Firmou convênio com o Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITEP com o objetivo de desenvolver ações de fomento ao desenvolvimento de métodos analíticos para controle da qualidade da água mineral no Estado de Pernambuco.

Assinou Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica com a Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira – ADIMB, visando a implementação de estudos e projetos direcionados ao desenvolvimento da mineração brasileira, e tendo como objeto: o estabelecimento de ações conjuntas para implementação de estudos, projetos, publicações, serviços, direcionadas ao desenvolvimento da indústria mineral brasileira; intercâmbio de informações técnicas e científicas de interesse das Partes; acesso aos dados obtidos e/ou recebidos, resguardadas as determinações de salvaguarda de assuntos sigilosos; proposição conjunta de diretrizes e ações direcionadas às atividades geocientíficas; execução de serviços e elaboração de produtos de interesse das Partes.

Assinou Acordo de Cooperação Técnica com a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores de Carvão - SATC, visando a transferência de laboratório do Centro Nacional de Treinamento para Controle da Poluição na Mineração - CECOPOMIN à SATC, em Criciúma, Santa Catarina

Atividades da Diretoria Geral Adjunta

Ao Diretor-Geral Adjunto incumbe dirigir, orientar e coordenar as ações de administração interna da Autarquia, assistir o Diretor-Geral na execução das competências do órgão, substituí-lo nas suas ausências e eventuais impedimentos.

Em 2002 o Diretor-Geral Adjunto substituiu o Diretor-Geral do DNPM em várias ocasiões em razão de suas 35 viagens nos mais diversos Distritos do DNPM e também ao exterior, assinando Alvarás, Cessões de Direito, Editais de Disponibilidade, Aprovação de Relatórios de Pesquisa e aprovando Pareceres.

Foram atendidas 198 audiências sobre os mais diversos assuntos de mineração.

Deram entrada na Diretoria Geral Adjunta 810 documentos diversos, expedidos 82 fax, 63 memorandos e 18 ofícios. Deram entrada 2.230 processos, todos expedidos.

Foram feitas 18 viagens nacionais, representando o Diretor-Geral nas atividades em que não pode comparecer por motivo de agenda.

O Diretor-Geral Adjunto presidiu a Comissão de Ética deste Departamento, coordenou o Comitê de Permanente de Convênios e cobrança judicial da CFEM e TAH, coordenou também o grupo de trabalho responsável pela distribuição das FCT's e providenciou 14 comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar.

Assessoria do Diretor-Geral

À Assessoria compete prestar assistência ao Diretor-Geral em sua representação política e social, incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal desincumbir-se das atividades de comunicação social, apoio parlamentar; providenciar a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Autarquia; elaborar conferências, inclusive coordenar a elaboração de seu Relatório Anual de Atividades.

Também faz parte das atividades da Assessoria, manter contatos com a imprensa para divulgação dos trabalhos e realizações do DNPM. Durante o ano foram enviados a jornais e revistas especializadas, *press releases* sobre os mais variados temas, dentro do setor mineral.

O Assessor é o Webmaster do Sítio do DNPM na Internet, é quem responde as mensagens que chegam diariamente, por *e-mail* à Autarquia, que, durante o ano (até 26/12) foram respondidas **2.547** mensagens. Ademais, foram enviadas (até 26/12), pela Assessoria, setenta e oito circulares, via *e-mail*, em tempo real, sobre as atividades do DNPM, para todos aqueles cadastrados na Instituição.

O Assessor é credenciado como “Assessor Parlamentar” junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal para exercer o acompanhamento da tramitação, discussão e votação de matérias de interesse do DNPM naquelas Casas Parlamentares.

Outra atividade da Assessoria é a de elaborar os pareceres técnicos sobre as proposições acima referenciadas, os quais são encaminhados por meio do Diretor-Geral ao Ministro de Minas e Energia.

Projetos de interesse do DNPM em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que tiveram acompanhamento por parte do Assessor do Diretor-Geral:

⊗ PROJETO DE LEI Nº 7.188, DE 2002 - Desvincula, parcialmente, no exercício de 2003, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União, dá nova redação ao art. 50 da mesma Lei e dá outras providências.

⊗ PROJETO DE LEI Nº 7.057, DE 2002 - Altera o art. 16 do Decreto- Lei nº 227 de 28 de fevereiro

de 1967 - Código de Mineração, exigindo a notificação ao proprietário do solo da área a ser explorada na pesquisa ou extração mineral. Projeto rejeitado na sessão da Comissão de Minas e Energia da CD do dia 13/11/2002, ao arquivamento.

⊗ MENSAGEM Nº 578, DE 4 DE JULHO DE 2002 - O Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco (GIECZ). Situação: Encontra-se na Câmara dos Deputados.

⊗ MENSAGEM Nº 577, DE 4 DE JULHO DE 2002 - O Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel (GIEN). Situação: Encontra-se na Câmara dos Deputados.

⊗ PROJETO DE LEI Nº 5.944, DE 2001 - Altera a redação do art. 2º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, no tocante á distribuição dos recursos oriundos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais.

⊗ PROJETO DE LEI Nº 5.796, DE 2001 - Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000.

⊗ PROJETO DE LEI Nº 5303, DE 2001 - Regulamenta a coleta e o uso de fósseis. Apensado ao Projeto de Lei nº 1.859, de 1999.

⊗ PROJETO DE LEI Nº 4.422, DE 2001 - Altera o inciso II do art. 20 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), com redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996 - Taxa Anual por Hectare. Rejeitado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, ao arquivamento.

⊗ PROJETO DE LEI Nº 3.620, DE 2000 - Dá nova redação ao art. 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996 (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI Nº 1.877, DE 1999 - Estabelece critérios para o licenciamento ambiental de

atividades de pesquisa e lavra mineral e para a recuperação de áreas degradadas por mineração, regulamentando o § 2º do art. 225 da Constituição Federal (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI Nº 867, DE 1999. Institui o Plano Nacional de Pedras e Metais Preciosos e dá outras providências (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI Nº 151, DE 1999 - Consolida a legislação mineral e dá outras providências (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1999 - Susta os efeitos da Nota Conjur-Minfra nº 24/92, aprovada pelo Senhor Presidente da República, segundo despacho publicado em 24 de março de 1992, na Exposição de Motivos 19/92, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura. Promulgado, transformou-se no Decreto Legislativo nº 207, de 2002.

⊗ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 1999 - Altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996 - reinstitui o ICMS para os bens minerais primários e semi-elaborados destinados à exportação (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI Nº 3.872/97, DE 1997 - Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994 (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI Nº 3.661, DE 1997 - Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 1996 - Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências. Aprovado no Senado Federal (encontra-se na Câmara dos Deputados sob o nº 1.859/99).

⊗ PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1996 (SUBSTITUTIVO) - Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216, da Constituição

Federal e dá outras providências (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 945, DE 1995. Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas de tratam o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal, e da outras providências (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121/95 - Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal (aprovado no Senado Federal, encontra-se na Câmara dos Deputados sob o nº PL 1.610/96).

⊗ PROJETO DE LEI nº 2.057, de 1991 - Institui o Estatuto das Sociedades Indígenas (encontra-se na Câmara dos Deputados).

⊗ PROJETO DE LEI Nº 5.941, DE 1990 - (DO SENADO FEDERAL - PLS 166) - "Institui o regime de permissão de lavra, dispõe sobre garimpagem, cria o regime de permissão de garimpagem e dá outras providências". Substitutivo aprovado na Comissão de Minas e Energia. Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, pronto para ordem do dia.

Atividades da Gerência de Programa GEPRO

A Gerência de Programa - GEPRO do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, em 2002, recebeu a missão de atuar como Auditoria Interna visando estruturar e implementar o funcionamento da atividade de controle interno no âmbito desta autarquia, de conformidade com o Decreto Nº 3.591, de 06/09/2000, no seu art. 14, determinou que as entidades da administração federal indireta criem suas Unidades de Auditoria Interna, fixou também a obrigatoriedade destas organizações dotarem referidas unidades de “suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle”, em atendimento as recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

Foram produzidos no período de 03/01/2002 a 31/12/2002, os seguintes documentos:

MEMORANDOS	83
OFÍCIOS	3
MINUTAS DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO/DECRETO	6
DESPACHOS/NOTAS/PARECERES	16
PLANOS DE ATIVIDADES DE AUDITORIA	13 (*)
RELATÓRIOS DE AUDITORIA	11

Além destes documentos, a Auditoria Interna, teve de centrar o foco na prevenção de atos de gestão impróprios ou irregulares, por meio de orientações nem sempre registradas para fins estatísticos.

A GEPRO recebeu a incumbência e elaborou 2 (duas) minutas de exposição de motivos, decreto e anexos, visando a criação da Unidade de Auditoria Interna.

Dos 13 (treze) “Planos de Atividades de Auditoria” elaborados foram executados 11 (onze), 2 (dois) deixaram de serem realizados, tendo em vista a Auditoria Operacional da Secretaria Federal de Controle - SFC, nas áreas de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM e Taxa Anual por Hectare – TAH.

A GEPRO recepcionou e deu apoio a 3 (três) Equipes de Auditoria da Secretaria Federal de Controle – DF, servindo de elo entre as diversas áreas, cobrando o atendimento nos prazos estabelecidos, consolidou as informações sobre as Justificativas/Providências adotadas quanto às recomendações das Auditorias nas Contas do exercício de 2001 e de Acompanhamento da Gestão do exercício de 2002, elaborando 2 (dois) Relatórios.

Atividades da Procuradoria Geral PROGE

No ano de 2002 ocorreu a criação da Procuradoria-Geral Federal – PGF, órgão da Advocacia Geral da União - AGU. Todos os serviços jurídicos das autarquias federais, dentre elas o DNPM, passaram a ser vinculados à PGF, assim como os Procuradores nelas em exercício, que passaram a ser denominados Procuradores Federais.

Há Procuradores Federais em exercício no DNPM junto ao 1º DS/DNPM/RS (1 Procurador), 2º DS/DNPM/SP (2 Procuradores), 3º DS/DNPM/MG (3 Procuradores), 4º DS/DNPM/PE (2 Procuradores), 5º DS/DNPM/PA (2 Procuradores), 6º DS/DNPM/GO (2 Procuradores), 7º DS/DNPM/BA (2 Procuradores), 8º DS/DNPM/AM (1 Procurador), 9º DS/DNPM/RJ (2 Procuradores), 10º DS/DNPM/CE (2 Procuradores), 11º DS/DNPM/SC (1 Procurador); 12º DS/DNPM/MT (1 Procurador) e 20º DS/DNPM/ES (1 Procurador).

Em alguns dos Distritos do DNPM, que tem cobertura nacional, os Procuradores atendem mais de um Estado. São eles:

- 4º DS/DNPM/PE: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas;

- 5º DS/DNPM/PA: Pará e Amapá

- 6º DS/DNPM/GO: Goiás, Distrito Federal e Tocantins, muito embora tenha respondido também pelo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre, enquanto não designado Procurador para o Mato Grosso;

- 7º DS/DNPM/BA: Bahia e Sergipe;

- 8º DS/DNPM/AM: Amazonas e Roraima;

- 10º DS/DNPM/CE: Ceará, Piauí e Maranhão;

- 12º DS/DNPM/MT: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre.

Na sede, em Brasília, onde se atendem os casos nacionais, bem como as questões judiciais do foro de Brasília, sem esquecer os Tribunais de 2ª Instância e os Tribunais Federais, estão lotados, além do Procurador-Geral, oito Procuradores.

A totalidade do contingente de Procuradores lotados no DNPM, no País inteiro é, portanto, de 30 pessoas.

Durante o ano, com o concurso público para Procurador, foi atendida a solicitação da PROGE/DNPM no sentido de que 6 (seis) novos Procuradores fossem designados para o DNPM.

Lamentavelmente, entretanto, dos 6 Procuradores designados, apenas 3 (três) estão efetivamente no DNPM, porquanto dois não assumiram (RS e ES) e um, ao assumir, foi logo solicitado pela PGF.

Durante o ano de 2002, outrossim, em diversos momentos Procuradores tiveram de atender Comissões de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, com real repercussão negativa no desenrolar dos serviços.

No afã de efetivar a cobrança dos créditos do DNPM, uma força tarefa foi criada para inscrição de débitos em dívida ativa, consumindo tempo e esforços em mutirões por todo o País.

Realizou-se o encontro de Procuradores junto ao DNPM em Natal, RN em fevereiro de 2002, com real proveito.

Um segundo encontro, que havia sido programado e a presença de Procuradores em conclaves jurídicos, inclusive da ANPAF, foram frustrados, à vista da constrição financeira por que passou o DNPM.

O ano de 2002 foi de muito trabalho, produção de peças de natureza jurídica em grande quantidade, com cada vez mais apurado cuidado técnico e jurídico.

Por razões que escapam ao controle desta PROGE, as estatísticas e relatórios seccionais dos Procuradores no Ceará (em virtude da ausência de dois Procuradores, uma de licença para tratamento de saúde, outra atendendo PAD em Minas Gerais), Santa Catarina e Mato Grosso (em virtude de ausência para atender a Força Tarefa de inscrição de dívidas e cobrança judicial), serão encaminhados *a posteriori*.

Pela razão da dedicação quase exclusiva à Força Tarefa de inscrição e cobrança, também os números do Contencioso só serão fornecidos posteriormente ao presente momento.

Pode ser informado, todavia, que das grandes questões envolvendo interesses do DNPM, somente uma teve resultado negativo, que foi em 1º Grau em Brasília, no mandado de segurança impetrado pelo SINFERBASE, o qual foi provido, o que arrostou apelação pelo DNPM para apreciação da matéria pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No TRF-1 o Relator deu seu voto negando provimento à apelação do DNPM. O Desembargador Federal Moreira Alves pediu vista dos autos e o julgamento foi suspenso, devendo ser retomado tão logo termine o recesso do Tribunal, o que se dará em fevereiro de 2003.

A Procuradoria-Geral do DNPM está estruturada em dois serviços, um o Contencioso, outro o Consultivo, este último, por sua

vez, sub-dividido em Consultivo Minerário e Consultivo Administrativo.

O Contencioso atende as questões judiciais em que o DNPM é parte, litisconsorte, assistente ou oponente em todo o território nacional.

O Contencioso na Sede do DNPM em Brasília não só cuida das ações, processos e procedimentos judiciais na Capital Federal, como assiste e coordena a atuação dos Procuradores junto ao DNPM em todo o País.

De esclarecer que nos Distritos, onde lotados Procuradores, não há a divisão em serviços, participando igualmente todos os Procuradores de questões judiciais, assim como das consultas, que lhe são formuladas.

Contencioso lotado na sede do DNPM, no desempenho de suas atividades, produziu, no ano de 2002, inúmeras peças e manifestações judiciais, as quais serão informadas posteriormente.

Cabe ressaltar que expedientes de trânsito internos produzidos pelo Serviço Contencioso já foram computados no relatório de atividades do setor consultivo relativo a matérias administrativas, conforme abaixo discriminadas.

Não obstante a carência de Procuradores no DNPM seja por não ter havido Procuradores bastantes durante boa parte do ano, seja por ausências motivadas por licença,

Sindicâncias e PADS, quanto à área consultiva cumpre informar que foram produzidas as seguintes peças na Sede, o quadro abaixo demonstrando a produção de 2002 em comparação com a de 2001.

ANO 2001		ANO 2002	
EXPEDIENTE	QUANTITATIVO	EXPEDIENTE	QUANTITATIVO
NOTAS	534	NOTAS	1258
PARECERES	212	PARECERES	518
OFÍCIOS	218	OFÍCIOS	96
MEMORANDOS	206	MEMORANDOS	258
MEMO-CIRCULAR	033	MEMO-CIRCULAR	40
TOTAL DE EXPEDIENTES	1.203	PORTARIA DE LAVRA (revisão)	359
		TOTAL DE EXPEDIENTES	2429

Além da expedição dos documentos conforme acima especificados, esta Procuradoria exerceu diversas atividades tais como: participações em encontros internos do DNPM, com designação de Procurador para proferir palestras podendo ser citados, a título de exemplificação, os Seminários sobre CFEM, Seminários sobre Taxa Anual por Hectare, Encontros de Chefes de

Distritos, Seminário sobre Aplicação da Legislação Mineral, Palestra sobre Mineração no Mar, audiências com mineradores, assistindo Diretores, e outros atos, não computados.

Merece destaque também a atuação desta Procuradoria junto ao Ministério Público Federal, à Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, Advocacia Geral da União e especialmente junto à Procuradoria-Geral Federal, à qual foi *emprestado* Procurador Federal lotado no DNPM. Cumpre ainda ressaltar, que se encontra em fase final de ajustamento a implantação do Sistema de Cobrança de Dívida Ativa da Autarquia.

Relativamente à Procuradorias nos Distritos do DNPM temos o quadro demonstrativo (anexo 1), que também compara produção de peças dos anos de 2001 e 2002.

Pelas razões acima elencadas, especialmente a constrição financeira do Órgão, não foi possível repetir as correções do ano anterior, esperando haja oportunidade para se as realizar no próximo ano.

Permanece ainda a necessidade de prover Procuradores para o 1º DS/DNPM/RS, 2º DS/DNPM/ES.

No caso do Rio Grande do Sul a Procuradoria-Geral junto ao DNPM já propôs até reforçar o contingente do Estado de Santa Catarina, como uma espécie de epicentro do Cone Sul brasileiro (RS, SC e PN), para dali irradiar a assistência aos Estados do extremo sul do país.

A falta de Procurador no Rio Grande do Sul faz com que permaneça deferida à Advocacia Geral da União naquele Estado a representação judicial do DNPM, especialmente perante as Cortes de 2º Grau, como o TRF-5.

PEÇAS E OUTROS 2002	1ºDS/RS	2ºDS/SP	3ºDS/MG	4ºDS/PE	5ºDS/PA	6ºDS/GO	7ºDS/BA	8ºDS/AM	9ºDS/RJ	10ºDS/CE **	11ºDS/SC **	12ºDS/MT **	20ºDS/ES	Total
Processos em Andamento	62	74	198	92	-	18	-	20	30	-		-	77	571
Contestação	-	7	-	15	-	08	-	-	-	-		-	04	37
Apelações/ A.O	-	1	-	8	-	01	-	-	-	-		-	10	20
Agravos/ Manifestações	-	3	-	04	-	-	13	-	-	-		-	-	20
Recurso	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-		-	-	15
RESP	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-		-	-	15
Informações em MS	-	2	-	09	-	04	-	-	02	-		-	02	17
Contra Razões	-	-	-	12	-	-	-	-	02	-		-	-	14
Pareceres	24	11	953	93	409	66	123	39	178	-		-	70	1966
Notas	13	83	223	18	211	308	64	98	40	-		-	-	1058
Memorando	18	29	35	44	47	269	-	83	110	-		-	33	668
Ofícios	47	9	72	07	05	-	17	03	09	-		-	17	186
Outros	10	736	10	7	-	11	7	23	64	-		-	1	869
Totais	174	955	1491	339	672	685	224	266	435	-		-	214	5456

PEÇAS E OUTROS 2001	2ºDS/SP	3ºDS/MG	4ºDS/PE	5ºDS/PA	6ºDS/GO	7ºDS/BA	8ºDS/AM	9ºDS/RJ	10ºDS/CE	11ºDS/SC	20ºDS/ES	Total
Processos em Andamento	52	102	84	08	44	16	15	21	53	52	70	517
Contestações	2	12	21	01	14	08	01	02	10	03	08	82
Apelações/ A.O	01	13	16	-	-	-	-	-	07	02	01	40
Agravos/ Manifestações	01	02	08	-	-	01	-	01	05	03	-	21
Recursos Extraordinários	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13
RESP	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Informações em MS	-	12	22	-	08	01	-	01	04	06	01	55
Contra Razões	-	09	09	-	-	-	01	-	05	02	-	26
Pareceres	11	345	106	117	106	259	86	44	88	14	253	1.429
Notas	319	73	35	63	53	97	31	130	53	31	-	885
Memorando	18	21	58	36	172	30	126	50	83	62	25	681
Ofícios	106	75	18	02	-	15	08	13	33	04	08	282
Outros	-	-	-	04	-	05	-	108	-	-	-	117
Totais	510	664	403	231	397	432	268	370	341	179	366	4.161

Atividades da Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro - DICAM

1 - Competências

Compete à Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro – DICAM, planejar, normatizar, coordenar e gerenciar as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários e à manutenção de bancos de dados específicos e dos registros legais. De forma detalhada, essa competência pode ser assim relacionada:

1.analisar, instruir, e gerenciar o encaminhamento aos Requerimentos de Pesquisa, pedidos de Concessão de Lavra, de Registro de Licença e de Extração, como da documentação técnica e legal pertinente, até a sua publicação na Imprensa Nacional;

2.analisar e dar pareceres sobre pedidos de suspensão de lavra, prorrogação de início de atividades, disponibilidade de áreas, caducidade de concessões e outras ações processuais dos Títulos Minerários e ainda providenciar seu encaminhamento à aprovação pelo Diretor-Geral;

3.analisar pedidos de prorrogação de alvarás de pesquisa;

4.analisar as cessões de direitos de títulos minerários;

5.expedir certidões, declarações e documentos relativos aos títulos minerários;

6.dar publicidade aos atos do DNPM na Imprensa Nacional e;

7.assegurar e controlar o cumprimento das atividades relacionadas à outorga e ao Cadastro Mineiro nos Distritos Regionais, na parte técnico-operacional e administrativa.

Dentro do **PPA (PLANO PLURIANUAL 2000 – 2003)**, a **Ação OUTORGA DE DIREITOS MINERÁRIOS** enquadra-se no **Programa DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL** e tem como produtos:

Nome/Unidade do Produto Proposto	Descrição do Produto
Títulos emitidos (Unidade)	Títulos minerários: Alvarás de Pesquisa, Portarias de Lavra, , Registros de Licença e de Extração, Permissões de Lavra Garimpeira, Grupamento Mineiro.

2. Objetivos e Metas

Esta ação tem como objetivo viabilizar a pesquisa e o aproveitamento dos recursos minerais da União, de forma racional, através de uma gestão transparente, dentro de padrões legais e técnicos normativos, propiciando a devida segurança jurídica e o fomento à atividade, bem como dos meios de fiscalização e controle por parte do poder concedente quanto aos aspectos sócio-ambientais envolvidos.

A ação é desenvolvida para dar cumprimento a legislação vigente que regula o acesso à pesquisa e à lavra de bens minerais da União aos detentores de direitos minerários.

As principais metas operacionais traçadas para o ano de 2002 foram:

- Emissão de 14.000 Títulos Minerários;
- Depuração na base de dados do Cadastro Mineiro;
- Realização de três Seminários Internos sobre aplicação da Legislação Mineral;
- Implementação do Manual de procedimentos de Outorga e Gestão Processual;
- Implementação de um Sistema de Informações Geográficas SIG da Mineração:
 - Disponibilização de bases cartográficas digitais e georeferenciadas em escalas compatíveis, associadas aos overlays das poligonais dos Títulos Minerários digitais;
 - Disponibilização de dados cartográficos auxiliares digitais e georeferenciados como (APA, reservas, malha municipal, barragens, etc);
 - Disponibilização dos mapas e overlays de poligonais em sistemas GIS pela internet,
 - Interligação em rede SEDE/Distritos;
 - Padronização, elaboração de Relatórios Gerenciais periódicos padronizados;

3 – Atividades Realizadas / Resultados

Os processos de outorga iniciam-se após o recebimento dos requerimentos nos protocolos das Unidades Regionais do DNPM, em seguida os mesmos são analisados nos aspectos

técnicos, jurídicos e administrativos, emitidos pareceres e em encaminhados à aprovação ou indeferimentos, para posterior e publicação oficial e elaboração dos respectivos registros dos Títulos Minerários emitidos, prorrogados e transferidos, que são os produtos finalísticos das atividades da DICAM.

A meta física estabelecida para 2002, foi em número de Títulos Minerários emitidos, que foi de **14.000 títulos emitidos**, entre Alvarás de Pesquisa, Portarias de Lavra, Registros de Licença e de Extração, Permissões de Lavra Garimpeira e Grupamento Mineiro; não considerando assim, as renovações de Alvarás de Pesquisa, Relatórios Finais de Pesquisa aprovados, cessões de direitos e os indeferimentos.

3.1 - Títulos Minerários Emitidos:

Em 2002 foram atingidos os seguintes números de Outorga até 26/12/2002:

Físico Realizado (títulos emitidos) 11.414 ()
Percentual realizado 81,52%

Indeferimentos (requerimentos de títulos) 2.646

Os números mostram uma realização de 81,36% da previsão de títulos emitidos. Entretanto, se considerarmos os 2.646 requerimentos de títulos indeferidos como um aspecto de difícil previsão, mas ao mesmo tempo com a mesma demanda de trabalho de análises e registros para proferir o ato quando comparado com o de emissão do título propriamente dito. Desta forma, considerando a soma dos indeferimentos com as emissões de títulos, num montante de 13.979, eleva-se a uma realização de 99,85%, da meta traçada de emissão de títulos minerários.

3.2 - Depuração na base de dados do Cadastro Mineiro:

Considerando que a principal matéria prima da DICAM para elaboração do seu produto (Títulos Minerários concedidos) serem suas informações, ênfase também foi dada na depuração do banco de dados do Cadastro Mineiro, cuja metodologia vem sendo consolidada desde o ano de 2001, a partir de um projeto piloto realizado pela DICAM em cooperação com o 6º Distrito (Goiás).

Para isto foi designada uma comissão e equipes formadas especialmente para este fim.

Juntamente com a metodologia gerada, foi desenvolvido um sistema eletrônico de verificação de consistência e crítica de eventos e de vários outros dados do processo, incluindo também um sistema de verificação de pendências processuais, além outro de análises espaciais de interferências e outros aspectos, utilizando um sistema GIS (Sistema de Informações Geográficas).

No processo de depuração, todos os processos de um distrito são verificados fisicamente, após verificação eletrônica da consistência dos dados, da devida correção da base do Cadastro Mineiro e a indicação de todas as pendências e demandas processuais a serem sanadas pelo distrito, com todo o apoio necessário da DICAM.

Os trabalhos de depuração já foram completados no 6º Distrito – Goiás (GO), 17º Distrito - Tocantins (TO), 22º Distrito - Maranhão (MA), 19º Distrito - Rondônia (RO), 13º Distrito - Paraná (PR) e 11º Distrito - Santa Catarina (SC), com o sucesso e as evoluções esperadas. Já foram iniciados e ainda não completados os trabalhos de depuração no 5º Distrito - Para (PA), temporariamente paralisado por dificuldades operacionais no fim deste ano.

Os principais números destes trabalhos de depuração envolvem:

Processos Analisados	46.422
Processos Desativados	6.972
Processos Ativados	272
Erros Corrigidos no Banco de Dados	37.774

Esta atividade tem o objetivo de se estabelecer um novo sistema de gestão de informações e de processos, de forma a garantir gestão segura e transparente dos recursos minerais da União e de suas concessões, bem como de disponibilizar informações atualizadas e seguras, tanto no âmbito interno como externo do DNPM.

3.3 – Consolidação do Manual de Procedimentos de Outorga:

Após treinamento inicial e contratação de consultoria em gestão da informação, análise e melhoria de processos realizados

no ano anterior, foi consolidado pela comissão designada para esse fim, o “**Manual de Procedimentos Técnicos de Outorga de Títulos Minerários e Gestão Processual do DNPM**”, que contém um índice remissivo da legislação, estabelece o fluxograma de toda a atividade, a descrição do processo, e os índices de controle de produtividade, além da atribuição de responsabilidades de cada fase ou ato relacionado ao processo.

A consolidação do Manual de Procedimentos visa o aprimoramento, a racionalização e o fortalecimento da gestão interna, através da simplificação e padronização dos procedimentos de outorga dos títulos minerários, com maior rigor e apuro técnico, além de mais objetividade na aplicação da legislação mineral.

Compõem o Manual 75 processos / rotinas de trabalho executados no âmbito da DICAM, visando a outorga e manutenção dos títulos minerários. O produto final de todo esse trabalho já foi encaminhado à Diretoria Geral para aprovação, edição gráfica e implementação oficial do mesmo

3.4 - Seminários Internos sobre aplicação da Legislação Mineral:

Visando o treinamento continuado e ainda dar suporte à elaboração do Manual de Procedimentos Técnicos de Outorga de Títulos Minerários e Gestão Processual do DNPM, foram realizados o 2º e o 3º *Seminários de Aplicação da Legislação Mineral* nas cidades de Porto Alegre - RS e Natal – RN.

Os eventos constaram da apresentação e discussão das propostas de Manual de Procedimentos previamente elaboradas pela comissão instituída para, esse fim e subsidiariamente foram levantados e discutidos diversos aspectos jurídicos do processo administrativo de outorga de direitos minerários e da qualidade na gestão processual. Participaram 71 profissionais diversos, entre conferencistas e participantes, dos diversos Distritos do DNPM, Sede e Procuradoria Autárquica.

3.5 - Sistema de Informações Geográficas da Mineração SIGMINE:

Foi iniciado e lançado o Projeto SIGMINE, que consiste num Sistema de Informações Geográficas que acessa a mesma base de dados do Cadastro Mineiro hoje existente, além de várias outras bases de dados institucionais ou específicas, de caráter geográfico ou espacial

O novo sistema, baseado em tecnologia ArcView , ArcInfo, ArcIMS, irá, progressivamente, prover seus usuários dos instrumentos mais modernos para consultas e análises relacionais de caráter espacial, relacionando-os aos dados tabulares (cadastrais) dos Títulos Minerários, bem como às bases cartográficas digitais, em diferentes “layers” ou camadas, confrontando os “overlays” das áreas de concessão com áreas especiais, de exclusão, restrição ou concorrentes em relação às concessões minerais (reservas indígenas, áreas de parques e proteção ambiental, faixas de fronteira, etc), além das bases: geopolítica, geológica e de infra-estrutura.

O sistema já está disponível na página do DNPM na internet www.dnpm.gov.br. Novos dados deverão progressivamente ser disponibilizados, entretanto, no momento, já constam na rede os oito estados já depurados 6º Distrito – Goiás (GO), 17º Distrito - Tocantins (TO), 22º Distrito - Maranhão (MA), 19º Distrito - Rondônia (RO) / Acre (AC), 13º Distrito - Paraná (PR) e 11º Distrito - Santa Catarina (SC), com várias informações geográficas associadas.

3.6 - Interligação em rede SEDE/Distritos:

Foram realizados trabalhos de especificação e dimensionamento, após a realização dos primeiros testes em sistema fechado para interligação do sistema Cadastro Mineiro entre a Sede e Distritos e encaminhados à Coordenação de informática para operacionalização do programa.

3.7 - Elaboração de Relatórios Gerenciais periódicos padronizados:

Foram especificados e elaborados modelos de relatórios gerenciais a serem implementados. Ao mesmo tempo, estão sendo geradas, dentro do desenvolvimento dos sistemas de depuração e controle processual, saídas de informações padrões, que consistirão em relatórios gerenciais gerados eletronicamente, que serão viabilizados após toda a depuração e ajustes no sistema e nos eventos processuais.

3.8 – Outras Realizações:

-Foi dada continuidade no esforço na eliminação do passivo processual da Sede e dos Distritos do DNPM. Após eliminação do passivo relativo à concessão de alvarás de pesquisa, onde o prazo entre a protocolização do requerimento de pesquisa até a outorga do alvará alcançou a desejável média 40 dias, iniciou-se um esforço concentrado nas análises de P. A. E. (Planos de Aproveitamento Econômico), último passo para concessão da lavra e onde em alguns distritos existem acúmulos de processos nessa fase. Nesse sentido, foram eliminados passivos no 6º Distrito – Goiás (GO) /Distrito Federal (DF), 9º Distrito – Rio de Janeiro (RJ), 11º Distrito - Santa Catarina (SC), 17º Distrito - Tocantins (TO), 20º Distrito - Vitória (ES), 22º Distrito - Maranhão (MA) e 23º Distrito – Mato Grosso do Sul (MS), onde foram analisados 389 processos que seguiram para portaria de lavra ou entraram em exigência de licença ambiental.

-Foram realizadas manutenções e instalações dos "softwares" especializados em todos os Distritos, com o devido treinamento.

-Outro esforço foi realizado no apoio e treinamentos nos Distritos nas áreas de análise de Cessões de Direitos, arrendamentos e averbações, além de Controle de Áreas, com deslocamento de servidores da Sede para os Distritos, o que refletiu nos números de cessões averbadas, diminuindo esse passivo.

4 – Indicadores de Produção:

Os números da produção da DICAM estão relacionados ao número de atos publicados relativos à outorga de Títulos Minerários que é apresentado no quadro 01.

QUADRO - 01
ATOS PUBLICADOS PELA DICAM no Período de 01/01/2002 a 29/12/2002

Portarias de Lavra ¹	323
Alvarás de Pesquisa	9.309
Registros de Licença (ato das Prefeituras / DNPM)	1.315
Registro de Extração	90
Permissão de Lavra Garimpeira	3380
Prorrogação Alvará	505
Relatório de Pesquisa Aprovado art. 30 Inciso I	1.2318
Relatório de Pesquisa Negado art. 30 Inciso II	2.356
Indeferimentos de Req. de Pesquisa Mineral	2.691
Reconsideração de Indeferimentos	207
Áreas Disponíveis (art. 26)	7.017
Renúncia inciso II art. 22	2.115
Homologação de Desistência	802
Editais de Disponibilidade	365
Declaração de prioridade (licitações de área em disponibilidade)	512
Cessão de direitos	2.035
Negação de Anuência de Cessão	71
Averbações	2.298

¹ Atos do Ministro de Minas e Energia, delegado ao Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia.

No quadro 02, abaixo é feita uma pequena comparação dos dados de 2002 com os anos anteriores

QUADRO – 02
BRASIL
EVOLUÇÃO DOS DIREITOS MINERÁRIOS

TÍTULOS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Requerimentos Protocolizados (*)	37.898	39.635	39.042	11.296	12.909	12.510	12.929	12.994
Alvarás de Pesquisa Publicados	3.264	6.002	4.345	12.000	7.598	21.220	11.225	9.309
Relatórios de Pesquisa Aprovados	179	439	327	622	508	890	1.275	1.231
Concessões de Lavra Outorgada	126	90	121	142	240	300	309	362
Registros de Licença Outorgados	161	573	610	541	1.449	1.385	1.429	1.315
Permissões de Lavra Garimpeira Outorgadas	98	245	385	660	91	37	8	338
Registro de Extração	-	-	-	-	-	-	44	90

(*) Requerimentos Protocolizados = Req. de Pesquisa + Req. de Licenciamento + Req. de Lavra Garimpeira + Requerimento de Extração

No quadro comparativo verifica-se que após um grande crescimento no ano de 2000, resultado de uma demanda de requerimentos represada, houve uma acomodação do número de alvarás publicados em um número próximo ao de requerimentos apresentados para análise, sugerindo uma tendência de estabilização do número processos em trâmite, no DNPM, para autorização de pesquisa.

Outros aspectos que podem ser considerados são: um crescimento significativo nos relatórios de pesquisa aprovados, mostrando que boa parte das pesquisas estão sendo concluídas, muitas resultando em novas reservas. Continuam crescendo o número de Portarias de Lavra outorgadas e a estabilização de número significativo de Registros de Licença outorgados anualmente.

Depois de três anos consecutivos em decréscimo, houve um crescimento significativo nas concessões de lavra garimpeira, o que denota a possibilidade de compatibilização do meio ambiente e pequena mineração uma vez que as licenças ambientais voltaram a ser expedidas.

5 - Convênios:

Dento das atividades de Outorga e Cadastro Mineiro foram firmados dois convênios de Cooperação Técnica:

5.1 AGIM:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 008/2001-MME

TERMO DE REFERÊNCIA 02/02: Caracterização Tecnológica de Novos Depósitos de Argila Visando a Reorientação das outorgas para Áreas Ambientalmente Sustentáveis.

VIGÊNCIA: até 31/12/2002 - Publicado no DOU de 05/07/2002.

Relatório à apresentar.

5.2 - CPRM:

“LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DOS RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA PARA A BASE DE DADOS DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS FASE I”

VIGÊNCIA: até 11/11 a 30 12/2002/2002 - Publicado no DOU de 05/07/2002.

Trata-se de levantamento de informações e elaboração de uma base de dados georreferenciada de dados de Relatórios Finais de Pesquisa apresentados ao DNPM, que deverá contribuir para diminuição da carência de informações geológicas básicas no Brasil. Ressalte-se ainda, o anseio do setor mineral pelo acesso à esse tipo de dados, principalmente das empresas de mineração que poderão ter mais um instrumento para um melhor direcionamento dos seus investimentos na exploração mineral.

6 - Metas para 2003:

São metas a serem desenvolvidas pela DICAM em 2003:

- Conclusão da depuração na base de dados do Cadastro mineiro;
- Continuação da realização de Seminários sobre aplicação da Legislação Mineral

- Implementação oficial dos manuais de procedimentos;
- Implementação Interligação em rede SEDE/Distritos;
- Controle de áreas mais eficiente e transparente em Sistema de Informações Geográficas;
- Continuação da implementação/Utilização de bases cartográficas digitais e georeferenciadas em escalas compatíveis, acopladas aos overlays das poligonais do controle de áreas.
- Incremento dos dados auxiliares de controle de área digitais, georeferenciados (APA, reservas, gasoduto, barragens, etc);
- Maior controle no trâmite de processos;
- Relatórios gerenciais periódicos padronizados gerados eletronicamente;

Atividades da Diretoria de Fiscalização Mineral - DIFIS

As atividades constantes desse Relatório correspondem ao Programa Desenvolvimento da Produção Mineral nas Ações: Fiscalização e Controle da Produção Mineral, Avaliação dos Distritos Mineiros e Monitoramento dos Depósitos Fossilíferos.

Ação: FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA PRODUÇÃO MINERAL:

Serão abordadas dentro deste item, as atividades referentes a: Programa de Fiscalização da Atividade Minerária, Taxa Anual por Hectare, Normalização e Regulação.

I – PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA

Este relatório corresponde ao gerenciamento do Programa de Fiscalização da Atividade Minerária desenvolvido através dos 25 (vinte e cinco) Distritos do DNPM e da Diretoria de Fiscalização Mineral.

Esse controle é realizado mediante a descentralização de recursos e/ou autorização de etapas de fiscalização, tendo por base programação apresentada mensalmente pelas Unidades do DNPM.

Para viabilizar a ação da fiscalização, com o enfoque de se maximizar a utilização dos recursos financeiros e humanos disponibilizados para esse fim, foram instituídas as orientações básicas e criado o Relatório Gerencial Mensal para controle das atividades desenvolvidas nos Distritos e da descentralização de recursos financeiros

Foi elaborado, também, um plano de metas, priorizando ações e traçando objetivos a serem alcançados.

Com base na prioridade dada à fiscalização e na carência de recursos humanos, procurou-se dar apoio técnico a

diversas Unidades, através de deslocamento de técnicos de outros Distritos e/ou da Sede.

Neste item, também são abordadas as atividades relacionadas com os Planos Diretores de Mineração em Áreas Metropolitanas, campanhas de fiscalização integradas e tramitação processual na DIFIS.

Dentre as atividades exercidas, podemos destacar:

- i. Atualização das instruções básicas para a Fiscalização da Atividade Minerária que servem de orientação às ações a serem desenvolvidas pelos Distritos do DNPM;
- ii. Atualização e implementação do Relatório Gerencial Mensal a ser apresentado pelos Distritos para controle da fiscalização;
- iii. Descentralização e controle financeiro de todos os recursos enviados para as Unidades Regionais com a finalidade específica de aplicação na atividade de fiscalização e outros utilizados para apoio técnico às tarefas realizadas pela DIFIS;
- iv. Levantamento estatístico de todas as vistorias realizadas, e de seus resultados, pelos Distritos, informadas através dos Relatórios Gerenciais ;
- v. Elaboração da previsão orçamentária para o ano de 2003, no âmbito das atribuições da Diretoria de Fiscalização;
- vi. Apoio técnico aos 1º, 2º, 3º, 6º, 7º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 22º, 23º, 24º e 25º Distritos do DNPM visando a realização de vistorias e respectivos pareceres sobre Relatórios Finais de Pesquisa, acompanhamento de lavra de lavra e atividades clandestinas;
- vii. Apoio à redução do passivo processual no âmbito dos Distritos do DNPM;
- viii. Análises e pareceres sobre pedido de Concessão de Lavra em processos dos Distritos, além de estudos relativos a Suspensão de Trabalhos de Lavra, Renúncias a Títulos de Lavra, englobamentos de áreas, Grupamentos Mineiros, Consórcio de Mineração e outros.
- ix. Análises e pareceres técnicos sobre arquivamento e indeferimento de requerimentos de Concessão de Lavra e caducidade do direito de requerer lavra;

- x. Análise, pareceres e elaboração de despachos para aprovação de 1.033 Relatórios Finais de Pesquisa.
- xi. Análise, pareceres e elaboração de despachos para aprovação de 30 Relatórios de Reavaliação de Reservas.
- xii. Análise, avaliação e extração de dados para realização de estatísticas e orientação das atividades de fiscalização de mineração em cerca de 250 Relatórios Gerenciais Mensais, apresentados pelos diversos Distritos do DNPM;
- xiii. Apoio técnico e administrativo à DICAM, na tramitação processual referente a prorrogação de Alvarás, emissão de Portarias de Lavra, aprovação de Relatórios Finais de Pesquisa e outros;
- xiv. Campanhas de fiscalização realizadas por técnicos da DIFIS juntamente com técnicos dos Distritos:
 - 1. Região Metropolitana de São Paulo (minerais de uso imediato na construção civil) – 05 (cinco) etapas de vistorias realizadas
 - 2. Região Metropolitana do Rio de Janeiro (minerais de uso imediato na construção civil) – 04 (quatro) etapas de vistorias realizadas
 - 3. Rochas ornamentais no Espírito Santo – 04 (quatro) etapas de vistorias realizadas.
 - 4. Garimpos de ametistas e ágata no Rio Grande do Sul – 08 (oito) garimpos vistoriados.
- xv. Planos Diretores de Mineração:
 - 1. Porto Alegre e Curitiba – reuniões, levantamento de dados e preparação de convênios;
 - 2. Belo Horizonte – reuniões, levantamento de dados e preparação de convênios. 1ª etapa de levantamento de dados realizada e quatro reuniões de trabalho.
 - 3. Recife – implementação do Plano diretor através de convênio com a Companhia de Pesquisa de Recursos Hídricos do Estado

de Pernambuco – 18 municípios cadastrados e cinco reuniões de trabalho.

II - TAXA ANUAL POR HECTARE

No decorrer do ano de 2002 foram desenvolvidas as seguintes atividades relacionadas a fiscalização, cobrança e acompanhamento da arrecadação da Taxa Anual por Hectare:

1.A arrecadação da Taxa Anual por Hectare referente aos dois períodos (janeiro e julho), sem computar o valor depositado em juízo pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, da ordem de R\$1.712.263,43, teve o seguinte comportamento financeiro e estatístico:

Período	Boletos Emitidos	Previsão de Arrecadação-R\$	Arrecadação Efetiva - R\$	Percentual arrecadado
Janeiro	13.887	14.391.584,11	9.581.085,50	66,57%
Julho	13.128	13.349.934,97	7.543.079,56	56,50%
Total	27.015	27.741.519,08	17.124.165,06	61,73%

Obs:

2.Com a finalidade de proporcionar aos técnicos das Unidades Regionais do DNPM, as condições necessárias para executarem os trabalhos de fiscalização da Taxa Anual por Hectare foi realizado o 2º Curso de Fiscalização da Taxa Anual por Hectare, na cidade de Maceió/AL, no período de 23 a 25/04/2002 com 34 (trinta e quatro) participantes.

3.Em função da necessidade de fornecer apoio as Unidades Regionais do DNPM relativo às atividades de cobrança e fiscalização da Taxa Anual por Hectare foram realizadas 06 (seis) campanhas de trabalho, com os seguintes resultados:

Distrito	Período	Autos de Infração TAH	Nº de Multas aplicadas	Auto Infração Relatório	Multa Relatório	Instauração Nulidade
2º/SP	29/10 a 08/11	882	72	550	12	
3º/MG	18 a 28/03	384	641		284	
7º/BA	01 a 12/04	536	08	29		

16º/AP	13 a 17/05	102	33	22		
17º/TO	08 a 12/04	78	07	82		
20º/ES	14 a 25/10	485	97	327		12
Total		2.467	858	1.010	296	12

4.Em conseqüência da efetiva realização da atividade de fiscalização da Taxa Anual por Hectare, realizada pelas Unidades Regionais e Sede do DNPM, foram lavrados, até 30/11/2002, **5.901** Autos de Infração aos titulares de Alvarás de Pesquisa inadimplentes com a TAH (não pagamento, pagamento fora do prazo e pagamento a menor), **3.552** multas foram impostas, foram instaurados **372** processos administrativos para declaração de nulidade do Alvará de Pesquisa e **139** Alvarás de Pesquisa foram declarados nulos. Foram lavrados, ainda, **3.286** autos de infração pela não apresentação de Relatório Final de Pesquisa e **1.402** multas foram impostas.

5.Também em conseqüência do desenvolvimento da atividade de fiscalização, foram deferidos **410** (quatrocentos e dez) requerimentos de parcelamentos. Foram arrecadados através dos parcelamentos, até 30/11/2002, o montante de **R\$ 879.472,64**.

6.No período foram introduzidas algumas melhorias nas planilhas, já existentes, de memória de cálculos para determinação dos débitos da Taxa Anual por Hectare e das multas, e foram criadas outras para contemplar os cálculos referentes a pagamento a menor da Taxa.

7.Com a finalidade de orientar os titulares de Alvará de Pesquisa, sobre o pagamento da TAH, foi elaborada a Circular nº 02, de 19/06/2002, publicada no D.O.U. de 21/06/2002, que define o procedimento que os titulares de Alvarás de Pesquisa devem tomar, caso não tenham recebido os boletos bancários para pagamento da TAH, referente ao 2º período de arrecadação de 2002 (Jul/02).

8.Foram elaboradas diversas tabelas sobre as estatísticas de arrecadação da TAH, também foram elaboradas, e encaminhadas às Unidades Regionais, listagens sobre: quantidade de boletos emitidos, boletos pagos corretamente, boletos pagos a menor, boletos pagos com atraso, boletos não pagos e boletos referentes a parcelas pagas. Foram, ainda,

emitidos e encaminhados **19.935** comprovantes de pagamentos da Taxa.

9.Com a redução do prazo prescricional da TAH, de 20 para 10 anos, em virtude de modificações no Código Civil, está em fase final de levantamento, os créditos da Autarquia, devidamente atualizados, referentes ao período de 21/11/1989 a 31/12/1993, com a finalidade inscrição na dívida ativa da União.

10.Em virtude do sistema de emissão de boletos estar sob a responsabilidade da DIFIS, foram ainda, emitidas as seguintes quantidades de outros boletos bancários :

- **17.400**de emolumentos de requerimento de Autorização de Pesquisa.

- **6.320**de emolumentos de requerimento de Registro de Licença.

- **6.937**de multas por não pagamento da Taxa Anual por Hectare.

- **3.759**de vistoria de fiscalização.

- **3.031**de compras de publicações e outros.

- **5.409**de multas pela não apresentação de Relatório Final de Pesquisa.

- **1.924**de multas referentes ao item II do art.100 do RCM.

- **780**de emolumentos de Imissão de Posse.

- **5.315**de parcelamentos da Taxa Anual por Hectare.

- **1.265**da Taxa Anual por Hectare anteriores a julho de1997.

**PENALIDADES APLICADAS EM 2002 DEVIDO O NÃO PAGAMENTO DA TAH
E NÃO APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA**

Atualizado até: 06/12/2002

DISTRITO	Nº DE RELAÇÕES PUBLICADAS	AUTO DE INFRAÇÃO TAH		IMPOSIÇÃO DE MULTA - TAH	INSTAURAÇÃO DE CADUCIDADE	CADUCIDADE ALVARÁ	AUTO DE INFRAÇÃO NÃO APRES. RELAT.	IMPOSIÇÃO DE MULTA NÃO APRES. RELAT.	TOTAL
		(a)	(b)						
1º/RS	7	(529)	0	0	0	0	0	0	0
2º/SP	78	(430)	931	111	1	1	777	2	1823
3º/MG	136	(2814)	1738	1992	10	6	396	582	4724
4º/PE	30	(62)	64	58	0	0	75	37	234
5º/PA	15	(447)	243	23	0	0	17	0	283
6º/GO-DF	159	(441)	375	296	166	29	849	492	2207
7º/BA	60	(1030)	646	2	0	0	131	1	780
8º/AM	13	(79)	70	71	15	16	0	0	172
9º/RJ	8	(155)	125	90	0	0	57	0	272
10º/CE	17	(61)	165	109	25	0	28	38	365
11º/SC	13	(241)	233	140	9	1	160	25	568
12º/MT	7	(159)	34	66	2	14	9	1	126
13º/PR	24	(141)	100	60	1	3	222	32	418
14º/RN	20	(85)	172	110	0	0	16	3	301
15º/PB	5	(137)	22	55	0	0	0	0	77
16º/AP	8	(52)	102	33	0	0	15	0	150
17º/TO	11	(248)	258	262	105	64	142	225	1056
18º/SE	11	(7)	16	4	0	0	25	10	55
19º/RO-AC	11	(46)	42	21	4	0	0	0	67
20º/ES	15	(494)	434	94	0	0	312	0	840
21º/PI	5	(68)	40	30	13	0	0	0	83
22º/MA	6	(32)	60	48	0	0	16	3	127
23º/MS	22	(137)	164	7	18	5	120	27	341
24º/RR	12	(17)	9	5	3	0	0	0	17
25º/AL	3	(10)	5	0	0	0	0	0	5
TOTAL	696	(7922)	6.048	3.687	372	139	3.367	1.478	15.091

FONTE: DIFIS/DOU

(a) = autos a serem lavrados (jan/2002 + jul/2002)

(b) = autos lavrados

ARRECAÇÃO TOTAL DA TAXA ANUAL POR HECTARE - TAH (1999 - 2002)

	(R\$)			
	1999	2000	2001	2002
Arrecadação do exercício	4.641.238,93	9.846.969,77	14.683.795,49	16.080.054,81
Cobrança do exercício	-	249.188,15	417.668,93	562.697,55
Cobrança de exercícios anteriores	-	158.021,86	326.752,36	340.797,67
Parcelamentos	-	-	231.773,35	879.472,64
Pagamentos antecipados	601.949,85	378.504,28	396.348,80	570,88
TOTAL	5.243.188,78	10.632.684,06	16.056.338,93	17.863.593,55

Fonte: DNPM/DIFIS (30/11/2002)

- 1 - Nas arrecadações dos exercícios de 1999 (jan e jul) e 2000 (jan) ocorreram pagamentos da TAH via guia de recolhimentos e depósitos bancários os quais a grande maioria não estão computados.
- 2 - Não estão computados os valores depositados em juízo pela CVRD desde 1998 **(R\$13.153.574,61)**

III– NORMATIZAÇÃO, TREINAMENTO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

A 1ª etapa do programa de normatização da atividade mineradora no Brasil foi concluída mediante a publicação das primeiras 22 Normas Reguladoras de Mineração - NRM em janeiro de 2002, abrangendo essencialmente, as operações de lavra a céu aberto e subterrânea, o beneficiamento, o controle ambiental, a segurança e a saúde ocupacional na mineração.

Com a finalidade de orientar na implementação das NRM, a Direção Geral do DNPM, através de portaria, instalou a Câmara Permanente de Gestão das NRM, composta de representantes das empresas que atuam no Setor Mineral, instituições governamentais, entidades de classe patronais e de empregados, universidades e centros de pesquisa, sob a coordenação da Diretoria de Fiscalização Mineral – DIFIS.

Dando continuidade ao programa de normatização do Setor e tendo em vista a necessidade de instruir o minerador no cumprimento das NRM e os técnicos do DNPM em sua aplicação, foram constituídos Grupos de Trabalho – GT, encarregados de elaborarem os anteprojetos de novas normas e dos manuais direcionados à orientação dos mineradores e fiscais do DNPM, a saber:

- a. Normas e instruções sobre classificação de recursos e reservas minerais no Brasil;
- b. Anteprojeto de Lei visando uma nova classificação para as águas minerais e norma sobre aplicação de ozônio na indústria de água mineral;
- c. Normas e instruções para disciplinar o aproveitamento e a fiscalização dos depósitos fossilíferos no Brasil;
- d. Manual de fiscalização e de orientação ao minerador;
- e. Manual para a desativação de empreendimento mineiro.

Apesar da interrupção na programação de treinamento desenvolvida pela DIFIS, motivado pelo contingenciamento de recursos determinado pelo Governo Federal, foi possível realizar importantes cursos de treinamento direcionado para o pessoal técnico

dos Distritos do DNPM, contando com a participação de especialistas convidados de empresas de mineração da região, universidades e do próprio DNPM, tais como:

- a. Aplicação das Normas Reguladoras de Mineração;
- b. Sistemas de Disposição de Rejeitos;
- c. Geoestatística aplicada a análise de relatórios finais de pesquisa (2 cursos)
- d. Fiscalização da Taxa Anual por Hectare

Em face da amplitude da ação institucional do DNPM, enquanto órgão regulador e fiscalizador da mineração no País, tornou-se necessário conjugar esforços com outras entidades governamentais, objetivando não apenas o disciplinamento da atividade mineradora, mas também o fomento da indústria mineral.

Mediante convênios e acordos de cooperação técnica nas áreas de segurança e meio ambiente e entidades de profissionais:

- a. Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST/MTE;
- b. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA;
- c. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais não Renováveis – IBAMA (fase final de entendimentos);
- d. Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN (em fase de entendimentos);

Mediante a participação em comissões e grupos de trabalho nas áreas de segurança e saúde ocupacional:

- a. Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral/MTE;
- b. Comissão Regional do Setor Mineral em SC;
- c. Subcomissão Permanente Nacional de Mármore e Granito/MTE;
- d. Comissão de Estudos da Norma sobre Requisitos de Segurança e Proteção Radiológica para Instalações Mínero- Industriais/CNEN;
- e. Grupo de Trabalho sobre Mineração em Áreas de Proteção Permanente do CONAMA/MMA;

Mediante convênios para ações de fomento:

- a. Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITEP

Objeto: Desenvolvimento de métodos analíticos para controle da qualidade da água mineral no Estado de Pernambuco;

b. Fundação GORCEIX

Objeto: Implementação de programas e projetos direcionados ao desenvolvimento sustentável do Setor Mineral/Plano Diretor de Mineração de Belo Horizonte;

c. Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente/Companhia de Pesquisa de Recursos Hídricos

Objetos: Estudo e implantação de um sistema de monitoramento dos aquíferos e águas minerais na região do Recife e adjacências, e

Mapeamento e cadastro de áreas de mineração de areia e argila da região metropolitana do Recife e municípios circunvizinhos.

d. Minerais do Paraná SA

Objeto: Realização do projeto: Plano Diretor de Mineração da Região Metropolitana de Curitiba;

Estatística de Vistorias realizadas pelos Distritos

Totalização do Ano de 2002

Atualizado em 23/10/2002

Vistoria	Distrito					4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°	13°	14°	15°	16°	17°	18°	19°	20°	21°	22°	23°	24°	25°	DF	Total
	1°	2°	3°																										
1- Fase de Pesquisa Mineral																													
Acomp.pesquisa	10	8	3	75	7	13	116	32	2	5		29	20	3		2				2	4	42	2	13	2			390	
Acomp.pesq.blc.					10		11														1	1						23	
R. Final pesquisa	29	94	13	9	4	37	135	6	10	20	8	12	98	5	1					11	161	9		9				671	
Lacre amostra					7					3										1								11	
Guia Utilização						28				1	4	17	2	8			5				14				1			80	
2- Fase de concessão de Lavra / Licenciamento																													
Acomp. Lavra		46	32	148	6	379	28	17	51	4	4	4	22	1	6	2		1	5	19	12		11					798	
Licenciamento	61			27	3	2		70	76	73	12			1		1		8	6		7	10	28	8				393	
Imis.de posse		9				1	4			2			7									1						24	
Lacre amostra					3					1										2								6	
Reav. Reservas						1																9						10	
CFEM	6	5			12	2						1	5	10							34	2	9	1	4			91	
3- Fase de Permissão de Lavra Garimpeira / Registro de Extração																													
Vist.prévia PLG			9	1																								10	
Acomp. PLG												8																8	
Regist. Extração								3																1				4	
4 - Lavras Clandestinas / Denúncias																													
Em área titulada	3	48	103		2	4	6			3	3	1	19		1	2		1		8	5		2					211	
Em área não titul.		1	24		8		42	2		35		1	2	1		1					11	4		1				133	
Por determ.judic.		17			7	10	5			18	1			1	1								2					62	
Lav.clandestina					3	20		2	24	2				4		5		10	14	10	6	23	7					130	
Outras		34				21			7		1	1	5	2	4	2		2	10		4	34						127	
Total	109	262	184	260	72	518	336	143	171	170	47	63	191	18	13	20		22	65	236	108	84	75	15			3182		

DIFIS pag

Áreas Regulares = 2519

Áreas Irregulares = 663

Estadística Mensal dos Resultados das Vistorias realizadas pelos Distritos

Totalização do Ano 2002

Vistoria	Distrito					Atualizado em 27/11/2002																				Total	
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°	13°	14°	15°	16°	17°	18°	19°	20°	21°	22°	23°	24°	25°		
1- Fase de Pesquisa Mineral																											
Boleto emitido	39	144	42	78		85	62	1	45	26	85	14	127	12		8		8		124	36		15	8			959
Advertências											1										3			2			6
Auto de infração		300		11			4			9	4				3					44	4	1			2		382
Multas aplicadas		2			6					40										10							58
Alv.com lavra irr.			4		7	2	3				4									2	2		7				31
Pq.paral não aut.																					4	8					12
Dec.lacre emit.					127				1					1													129
RFP aprovado			6		5	28	76		8	19	26	4	78	7						4	46	2		2			311
RFP ind/arq					14		17			7	3									12				2			55
RFP sobrestado																											
Guia Ut.emitidas		246	55		2	24	1		14	7	21	1	8			4				25	8			8			424
2- Fase de concessão de Lavra / Licenciamento / PLG / Permissão de Extração																											
Boleto emitido	69	56	65	147		14	20		89	2	2	4	35	8	4	3		2		7	27		31	4			589
Advertências														3													3
Auto de infração		6		36			5			9	2		1		2					6			2				69
Multas aplicadas				2			5			9					13					6			2				37
Lav/frente interd.			2	13						1	2			1								1			5		25
Lavra desinterd.				4																							4
Lav par. sem aut.			15				5				2																22
Dec.lacre emit.																											
PAE não seguido				5																							5
3- Denúncias																											
Lav/frente interd.			11	1	10	26	5			10	6		5	2	1						9	12		6	1		105
Lavra desinterd.																								4			4
Regular. Iniciada							2			38	3										12	7	2				64
Ofícios MPF		8			1	4	27						6	3		1		2	15	1			10	1		79	
Processo P.F.		6			1		12									1			12	6			1			39	
Total	108	768	200	297	173	183	244	1	157	177	161	23	260	37	23	17		24	122	207	100	15	88	27		3412	

Ação - AVALIAÇÃO DOS DISTRITOS MINEIROS

No Plano Plurianual(PPA 2001-2003), **AVALIAÇÃO DE DISTRITOS MINEIROS** é uma **Ação do Programa “Desenvolvimento da Produção Mineral”** que tem por meta:

Coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para otimizar a ação de fomento à atividade mineral

No âmbito da Ação “Avaliação de Distritos Mineiros”o DNPM promove a realização de projetos em duas categorias distintas:

1.Projetos Coordenados e Executados diretamente pelo DNPM envolvendo a Sede e respectivas Unidades Regionais

2.Projetos Coordenados e Executados em Co-parceria (Acordo de Cooperação Técnica – Nacional e Internacional, Convênios, Contratos). Nesses projetos prevalece a conjugação de esforços: Governo – Iniciativa Privada(empresas de mineração) – Instituições de Pesquisa/Ensino

1 – RESULTADOS ALCANÇADOS

1.1 – PROJETOS CONCLUÍDOS

1.1.1 -Projeto “Estudo de Desenvolvimento em Pesquisa Mineral: Exploração de Ouro em Alta Floresta/MT” (Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Japão)

Desenvolvimento de pesquisa mineral em áreas da METAMAT objetivando a avaliação da potencialidade de mineralização aurífera e de metais base(Execução DNPM e MMAJ/JICA e METAMAT).

☞ Concluído e entregue o Relatório Final dos trabalhos de campo da Fase IV – *Follow up* realizado nos Blocos “C”(Paranaíta) e “G”(Novo Mundo), compreendendo serviços de sondagem reversa (700 m) e rotativa (350 m).

Documentação disponível para consulta do público usuário no DNPM/Brasília-DF

1.1.2 -Projeto “Estudo de Áreas de Proteção e Monitoramento das Fontes do Distrito Hidromineral Termas de Ibirá/SP

Definição do plano de exploração dos aquíferos do Distrito Hidromineral de Ibirá (fontes/surgências e poços de águas minerais) dentro de um modelo de gerenciamento sustentável(Execução: DNPM, DAEE/SP e Empresas).

-Concluído o Relatório Final com os seguintes resultados:

a.Definido o plano de exploração dos aquíferos do Distrito Hidromineral de Ibirá;

b.Definida a área de bloqueio permanente para proibição de novas outorgas/concessões de exploração e exploração de água subterrânea no âmbito do Distrito Hidromineral de Ibirá

c.Definido o plano de monitoramento permanente dos poços e fontes em exploração, no âmbito da área bloqueada.

- Documentação disponível para consulta do público usuário no DNPM/Brasília-DF.

1.1.3 -Projeto “Distritos Mineiros do Nordeste Oriental (AL, PE, PB e RN)”

Identificação e descrição dos Distritos Mineiros dos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte e elaboração de documento diagnóstico (texto explicativo e mapas) (Execução: DNPM)

-Publicado o Documento Diagnóstico (texto explicativo e mapas).

-Documentação disponível ao público usuário no DNPM/Brasília-DF e 4º DS/DNPM-PE

1.1.4 – Projeto “Distrito Mineiro de Pirenópolis/GO”

Definição da geometria e distribuição do depósito de quartzito ornamental no município de Pirenópolis visando a racionalização e incremento da atividade mineral (Execução : DNPM, AGIM)

- -Concluído o Relatório Final(texto explicativo e mapas).

- Documentação disponível para consulta do público usuário, no DNPM/Brasília-DF

-

1.1.5 - Projeto “Distrito Mineiro Mara Rosa – Santa Terezinha/GO”

Avaliação do Depósito de Esmeraldas de Santa Terezinha no município de Campos Verdes visando a retomada econômica da atividade extrativa e de comercialização (Execução : Convênio DNPM / AGIM)

- Concluído o Relatório Final(texto explicativo e mapas).
- Documentação disponível para consulta do público usuário, no DNPM/Brasília-DF.

1.1.6 –Projeto “Estudos de Depósitos Minerais dos Distritos Mineiros do Nordeste do Pará”

Estudo geo-econômico e ambiental dos recursos minerais dos municípios da Micro-região do Salgado, nordeste do Pará (Execução: DNPM, CPRM, SECTAM, SEICOM, PARAMINÉRIOS e Prefeituras)

- Concluídos os Relatórios Finais(texto explicativo e mapas):
 - a.“Proposta Metodológica para Lavra e Recuperação Ambiental dos Depósitos de Seixo e Areia no Município de São Miguel do Guamá/PA”;
 - b.“Estudo Geo-econômico e Ambiental dos Recursos Minerais dos Municípios de Vigia, São Caetano de Odivelas e Colares;/PA”
- Documentação disponível para consulta do público usuário no 5º Distrito do DNPM/PA e DNPM/Brasília-DF.

1.1.7 –Projeto “Levantamento Aerofotogramétrico da Bacia Carbonífera Sul-Catarinense”

Realização de recobrimento aerofotogramétrico em apoio ao projeto de recuperação ambiental de área atingida pela extração de carvão mineral na bacia carbonífera sul-catarinense.

Produtos:

- a.Aerofotos coloridas 1:40.000(Área 11.470 km²), 1:20.000(Área 1.291 km²) e 1:8.000(Área 1.291 km²);
- b.Apoio terrestre plani-altimétrico cadastral (Área 1.291 km²) e;
- c.CD-ROM das ortofotocartas digitais(Área 1.291 km²); Fotoíndices(1:120.000, 1:180.000 e 1:32.000) (Execução: DNPM)

- Concluído e entregue ao DNPM:
 - a.Fotografias Aéreas 1:40.000 (3 coleções, 690 fotos cada uma) e 3 Fotoíndices 1:120.000;
 - b. Fotografias Aéreas 1:20.000 (3 coleções, 380 fotos cada uma) e 3 Fotoíndices 1:180.000;
 - c. Fotografias Aéreas 1:8.000 (3 coleções, 511 fotos cada uma) e 3 Fotoíndices 1:32.000
 - d.Duas plotagens do ortofotoíndice na escala 1:50.000;
 - e.Uma coleção de CD-ROMs (de 1 a 37) com arquivos magnéticos das imagens no formato TIFF);
 - f.Duas coleções de CD-ROMs (de 38 a 41) com ortofotoíndice automático e arquivos das 214 ortofotocartas 1:5.000;
 - g.g) Duas coleções do CD-ROM 42 com arquivos nos formatos DGN e TIFF da ortofotocarta 1:50.000;
 - h.h) Relatório Final do Apoio Terrestre;
 - i.Relatório Final de Aerotriangulação e;
 - j.j) Relatório Final do Projeto.

-Documentação disponível para consulta do público usuário no DNPM/Brasília-DF.

1.1.8- Projeto “Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil”

Livro abordando 58 sítios geológicos e paleontológicos do Brasil do qual participa conceituado grupo de geocientistas de renome nacional e internacional. (Execução: DNPM, CPRM e SIGEP-Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)

-Publicado o Livro “Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil”.

-Disponibilização ao público usuário no DNPM/Brasília-DF

1.2 – PROJETOS EM ANDAMENTO:

1.2.1 –Projeto “Caracterização de Depósitos Minerais em Distritos Mineiros da Amazônia”

Estudo detalhado das características geológicas de 10(dez) depósitos minerais da região amazônica, em regime cooperativo envolvendo governo, empresas e instituições de pesquisa e ensino.

Alvos/Depósitos Seleccionados (Aripuanã(Zn/Pb/Au)/MT; Carajás(Fe)/PA; Carajás(Mn)/PA; Estrela/Carajás(Cu-Au)/PA; Breves/Carajás(Cu-Au)/PA; GT 46/Carajás(Cu-Au)/PA; Pitanga (Sn)/AM; Pitanga(Criolita)/AM; Rondônia(Cu)/RO; Paragominas/Gurupi Norte(Bauxita)/PA (Execução: Convênio DNPM / ADIMB, FNDCT/FINEP-MCT e Empresas de Mineração).

-Concluído e entregue ao DNPM os Relatórios da Etapa de Compilação e Integração de Dados de Nove Alvos.

-Em andamento os estudos de campo e laboratório. Já realizado 35%.

1.2.2 – Projeto “Distritos Mineiros do Estado de Minas Gerais”

Identificar, nomear e descrever os Distritos Mineiros do estado de Minas Gerais e elaborar documento diagnóstico para publicação (texto explicativo e mapas). (Execução DNPM)

-Em andamento a elaboração do documento diagnóstico (texto explicativo e mapas). Já realizado 80%.

1.2.3 – Projeto “Distritos Mineiros dos Estados de Bahia e Sergipe”

Identificar, nomear e descrever os Distritos Mineiros dos estados da Bahia e Sergipe e elaborar documento diagnóstico para publicação (texto explicativo e mapas). (Execução DNPM)

☞ Em andamento a elaboração do documento diagnóstico (texto explicativo e mapas). Já realizado 30%.

1.2.4 – Projeto “Distritos Mineiros dos Estados do Pará e Amapá”

Identificar, nomear e descrever os Distritos Mineiros dos estados do Pará e Amapá e elaborar documento diagnóstico para publicação (texto explicativo e mapas). (Execução DNPM e CPRM)

- Em andamento a elaboração do documento diagnóstico (texto explicativo e mapas). Já realizado 20%.

1.2.5 – Projeto “Distrito Mineiro Chapada do Araripe/CE”

Sistematização e integração de dados geológicos dos depósitos minerais e fossilíferos e representação em mapa de escala adequada com indicação das áreas de pesquisa e lavra objetivando otimizar a atividade de fiscalização. (Execução DNPM)

- Concluída a compilação de dados e levantamento bibliográfico.

- Em andamento as atividades de cadastramento dos depósitos minerais e de ocorrências fossilíferas. Já realizado 25%.

1.2.6 –Projeto “Estudo Diagnóstico das Águas Minerais e Potáveis de Mesa do Brasil

Diagnóstico síntese sobre a situação, distribuição, classificação e significado econômico das Águas Minerais e Potáveis de Mesa do Brasil (Execução: DNPM)

-Em fase de conclusão a elaboração do documento diagnóstico (texto explicativo, mapas, ilustrações.). Já realizado 90%.

-

1.2.7 - Projeto “Distrito Mineiro Paragominas/PA”

Realizar estudos sobre controle e modelos de depósitos minerais de emprego imediato na construção civil (areia, seixo, argila e saibro), no município de Paragominas, objetivando a avaliação de metodologia de exploração racional, ambientalmente sustentável. (Execução: DNPM, CPRM, SECTAM, SEICOM, PARAMINÉRIOS e Prefeituras)

-Em andamento os estudos de campo e laboratório. Já realizado 30%.

-

1.2.8 - “Distrito Mineiro Grande Belém/PA”

Realizar estudos sobre controle e modelos de depósitos minerais de emprego imediato na construção civil (areia, seixo e argila), na região metropolitana, objetivando a avaliação de metodologia de exploração racional, ambientalmente sustentável. (Execução: DNPM, CPRM, SECTAM, SEICOM, PARAMINÉRIOS e Prefeituras)

-Em andamento os estudos de campo e laboratório. Já realizado 30%

I.1 – ALIMENTAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS

Como atividade permanente deu-se continuidade a:

- a.coleta de dados dos Relatórios Finais de Pesquisa aprovados(informações sobre os
- b.recursos minerais, envolvendo sua localização, geologia, dados econômicos, etc), para alimentação do Banco de Dados de Recursos Minerais (SIGMETA);
- c.coleta de informações procedentes das Áreas de Concessão de Lavra de Água Mineral e Potável de Mesa

para alimentação do Banco de Dados das Fontes Hidrominerais (SIGHIDRO)

d.cadastramento dos poços perfurados de Água Subterrânea, junto aos Distritos do DNPM, para alimentação do Banco de Dados (SISON)

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E EVENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

-XI Congresso Brasileiro de Águas Minerais - Natal/RN

-I Reunião do Comitê Permanente de Estudos do Aquífero Guarani(CPEAG) – Natal/RN

-XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas - Florianópolis/SC

-VIII Sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos sobre prospecção e exploração de sulfetos polimetálicos e crostas ricas em cobalto dos fundos dos oceanos – Kingston/Jamaica

-I Fórum Amazônico sobre Águas – CONFEA/CREA-AM, proferindo palestra sobre o tema “Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e de Regulação Relacionadas aos Recursos Hídricos” – Manaus/AM

-I Reunião do GT do DNPM(Dr. João Batista Lins Coitinho – 11ºDS/DNPM-SC; Drª Sonja Dumas Rauen – 2ºDS/DNPM-SP; Dr. Carlos Magno Bezerra Cortez – 14ºDS/DNPM-RN e Dr. Emanuel Teixeira de Queiroz – DNPM/Brasília-DF) para discussão da Minuta de proposta de Resolução da Câmara Técnica CTAS sobre “Integração de Procedimentos para Outorga de Águas Minerais e a Gestão dos Recursos Hídricos” – Brasília/DF

-Reunião no 4º DS/DNPM-PE sobre o lançamento da publicação “Distritos Mineiros do Nordeste Oriental” – Recife/PE

-Reunião DNPM, ADIMB e CVRD/DOCEGEO para discussão da programação de trabalho e contrapartida concernente aos Alvos(Mn do Azul; Fe Serra Norte; Cu-Au Breves; Cu-Au Estrela; Cu-Au GT 46/Cinzento) indicados na área de Carajás, no Projeto “Caracterização de Depósitos Minerais em Distritos Mineiros da Amazônia” – Carajás/PA

-I Reunião no 11º DS/DNPM-SC para discussão do Documento Diagnóstico “Distritos Mineiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina” – Florianópolis/SC

-II Reunião no 5ºDS/DNPM-PA sobre o Projeto em andamento “Documento Diagnóstico dos Distritos Mineiros do Estado do Pará” – Belém/PA

-XLVII Sessão Ordinária da Subcomissão para o Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)/(SECIRM/MM) - Brasília/DF

-IX Sessão Ordinária do Comitê Executivo do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC)/(SECIRM/MM) – Brasília/DF,

-Reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos)/MMA:

a.XVI, XVII, XVIII, XIX e XX Reuniões da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras(CTPOAR) – Brasília/DF

b.XV e XIX Reuniões da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS)– Brasília/DF

c.IV, V, VI e VII Reuniões do Grupo de Trabalho “GT - Outorga de Recursos Hídricos na Mineração” da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras(CTPOAR) – Belo Horizonte/MG; São Paulo/SP; Brasília/DF;

Ação: MONITORAMENTO DOS DEPÓSITOS FOSSÍLIFEROS

1.Introdução

Devido ao fato dos recursos financeiros para esse programa não terem sido liberados no decorrer do ano, as atividades planejadas ficaram bastante prejudicadas, tendo sido executadas, apenas, aquelas em caráter de emergência.

2.Participantes

O programa contou com a participação de cientistas do Museu de Ciências da Terra, Rio de Janeiro e da Divisão de Fiscalização Mineral, Brasília.

3.Localidades fossilíferas brasileiras

Continua a preparação do volume, contendo a descrição de todas as localidades fossilíferas brasileiras, incluindo aquelas já descritas nos volumes da *Carta geológica do Brasil ao milionésimo*

e nos do Projeto Radambrasil. No estado atual da compilação, estima-se cerca de 2.000 depósitos fossilíferos, descritos desde 1974.

4. Exposição “...no tempo dos dinossauros”

Foi inaugurada a exposição ... *no tempo dos dinossauros*, no dia 8 de março de 2001, no Museu de Ciências da Terra, no Rio de Janeiro. Essa exposição tem como objetivo a divulgação da paleontologia e dos fósseis brasileiros, visando à sua proteção. Ela foi planejada e montada, através de convênio do DNPM com a CPRM, e com recursos liberados no exercício de 2001. Devido a essa exposição, a média de visitas ao Museu de Ciências da Terra, pulou de 300 visitantes por mês para 2.500 visitante por mês.

Durante o ano de 2002, **não** houve liberação de recursos para a manutenção da exposição, nem para a instalação de um programa educativo, com o objetivo de atender estudantes das escolas do ensino fundamental, cuja demanda é contínua e crescente. A falta de recursos prejudicou extremamente os objetivos de difusão do conhecimento e proteção aos depósitos fossilíferos, previstos para essa exposição.

5. Divulgação

Foi planejada uma campanha nacional, visando à proteção aos depósitos fossilíferos no sentido de coibir a coleta ilegal de fósseis. Nesse sentido, foi planejado um cartaz alusivo à campanha, denominado *Lugar de fóssil é no museu*. Estima-se que até o fim do ano esse cartaz esteja impresso e distribuído para divulgação.

6. Viagens realizadas

Foram realizadas as seguintes viagens:

Destino	Período	Finalidade	Resultados
Brasília	20-21/03	Reunião de planejamento na DIFIS.	Plano anual de atividades.
Uberaba, MG	11-14/04	Reuniões com o deputado Nárceo Rodrigues, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara; com Maurício Cecílio, Secretário de Ciência,	Plano para a instalação do Sítio Cultural do Dinossauros, em Peirópolis, Uberaba. 9 depósitos monitorados.

		Tecnologia e Desenvolvimento de Uberaba.	
Rio de Janeiro	09-10/05	Reunião no Museu	Atualização do plano de atividades, incluindo programação de viagens para monitoramento.
Tauá-Fortaleza, CE	23-26/10	Monitoramento de depósitos fossilíferos em Tauá, CE.	3 depósitos monitorados. Plano de trabalho para coleta dos fósseis.

7. Depósitos monitorados

Foram monitorados *in situ* 12 depósitos fossilíferos.

8. Atividades planejadas

Para 2003, estão planejadas as seguintes atividades:

a. Continuidade da preparação do volume consolidado de localidades fossilíferas brasileira.

b. Manutenção da exposição *...no tempo dos dinossauros*, completando as atividades previstas e que não foram realizadas esta ano. Desmontagem da referida exposição no fim do primeiro semestre.

c. Impressão e distribuição do cartaz *Lugar de fóssil é no museu*.

d. Monitoração de depósitos fossilíferos, em todo o território nacional.

e. Instalação da Comissão para preparação das normas sobre a coleta de fósseis.

Atividades da Diretoria de Desenvolvimento Mineral e Relações Institucionais - DIRIN

1 . INTRODUÇÃO

A Diretoria de Desenvolvimento Mineral e Relações Institucionais – DIRIN, alicerça seu trabalho em dois braços: Coordenação de Desenvolvimento Mineral e Economia Mineral – CDEM e Coordenação de Relações Institucionais e Divulgação – CRIND.

A filosofia de trabalho tem como princípio fundamental a busca de soluções técnicas de apoio ao setor de mineração.

A Coordenação de Desenvolvimento Mineral e Economia Mineral – CDEM direciona seus esforços no acompanhamento, análise e divulgação do desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo atualizado os serviços de execução de coleta, processamento e estatísticas da produção e do comércio de bens minerais.

Por outro lado, busca realizar os estudos e análises dos aspectos mais relevantes relacionados ao setor e que se destinam subsidiar e embasar as prioridades de formulação e proposição da Política Mineral e os Planos de Governo, com base na implantação, manutenção e gerenciamento de bancos de dados internos.

Tem, ainda, a responsabilidade de exercer o controle sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM e pelo comércio de bens minerais.

A Coordenação de Relações Institucionais e Divulgação – CRIND, direciona seus esforços na articulação com órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, visando ações conjuntas na área do meio ambiente e mineração, na articulação com o setor de mineração e o público em geral, bem como na divulgação das ações do DNPM.

Enfoca um alvo de preocupação fundamental – a atividade da pequena e média empresa de mineração cuja

deficiência tecnológica é preocupante dada as conseqüências de ordem econômica, social e ecológica que acarretam.

As ações do Controle Ambiental na Mineração traduzem a necessidade e a prioridade do DNPM em promover o incremento da produção mineral brasileira dentro da concepção moderna do desenvolvimento sustentável, indicando caminhos para a harmonização entre a atividade de mineração e a indispensável proteção ao homem e o ao meio ambiente.

A Segurança na Mineração centraliza sua atuação na valorização do trabalhador pela melhoria das condições de segurança e higiene do trabalho e a normalização da atividade, de forma a reverter o lamentável quadro nacional das estatísticas de acidentes de trabalho e doenças profissionais - atuação de importante reflexo na área social e na viabilidade técnica e econômica do empreendimento mineiro.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MINERAL E ECONOMIA MINERAL

2.1.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No propósito de disciplinar o processo de estudos, análise e informações técnicas e econômicas, aumentar a velocidade e confiabilidade das informações e intensificar os fluxos de dados entre as unidades Estaduais do DNPM, estão sendo desenvolvidas alguns avanços na área de informática, onde destacamos a transferência do banco de dados SisRalc para SQL, permitindo acesso multiusuário, tanto na Sede quanto nos Distritos, dando assim maior eficiência e agilidade no processamento de dados. A rotina de troca de dados entre a Sede e os Distritos também foi melhorada, podendo ser efetuada também via Internet, e o sistema de processamento de dados da CFEM, que permitiu a apuração dos recolhimentos em nível de Estados, Municípios e Empresas, onde são discriminados a produção comercializada, o faturamento e o recolhimento efetivado.

2.1.1.1 PROJETO SISMINE

Neste exercício, em relação ao Projeto SisMINE, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Lançamento do aplicativo RAL2002 ano-base 2001, ocorrido em fevereiro deste ano.

- Desenvolvimento do módulo visualizador do Relatório Anual de Lavra, aplicativo que permite o acesso instantâneo pelos técnicos do DNPM, aos relatórios apresentados pelos mineradores declarantes;

- Desenvolvimento dos primeiros relatórios automatizados de controle de entrega de RAL's, produção mineral, cadastro de produtores de bens minerais, cadastro de produtores de água mineral e cadastro simplificado das minas do Brasil.

- Implementação de ajustes, melhorias, novos recursos e componentes e desenvolvimento da versão do Relatório Anual de Lavra 2003, ano-base 2002, incluindo programa maciço de testes que contou com a participação também de técnicos de Distritos, visando ao final a entrega para gravação dos CD_ROM's com a nova versão do aplicativo e disponibilização na internet em versão completa ou por *upgrade* a partir da versão 2002.

- Desenvolvimento do novo sistema de envio/transmissão do RAL (novo RALnet), agora possível diretamente pela página do DNPM na internet, dispensando a necessidade de instalação pelo declarante de programa específico de transmissão (antigo RALnet);

- Continuação do desenvolvimento do Módulo Analisador do RAL no SisMINE, com ênfase a sua aplicabilidade no novo formato do Anuário Mineral Brasileiro.

2.1.1.2 ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO

O Anuário Mineral Brasileiro é a principal fonte de estatísticas básicas da indústria mineral brasileira. É uma publicação de caráter anual, que vem sendo editada pelo DNPM desde 1972 e constituiu-se numa ferramenta básica para qualquer planejamento no setor mineral.

Com o desenvolvimento do SisMine - Sistema de Gestão da Produção Mineral, o DNPM continua em desenvolvimento o projeto do novo formato do Anuário Mineral Brasileiro, procurando aproveitar melhor a base de informações enviadas pelas empresas de mineração através de um novo e moderno Relatório Anual de Lavra – RAL.

Foram realizados dois seminários, Brasília e Rio de Janeiro, sobre a reforma do Anuário Mineral Brasileiro.

2.1.1.3 - BALANÇO MINERAL BRASILEIRO

Objetivo: Esta publicação, de periodicidade trienal (a última foi em 1988), analisa detalhes a evolução da oferta, demanda, preços, comércio exterior, investimentos, despesas etc, ao longo de um período de dez anos, além de projetar um horizonte de cinco anos o comportamento dos investimentos na pesquisa e geologia básica de, aproximadamente, 32 substâncias minerais.

Meta: Reativar e elaborar estudos estatísticos na Sede e Distritos do DNPM, para as substâncias minerais selecionadas (32), para publicação em 2002, a edição do Balanço Mineral.

Situação: Lançado pelo Sr Ministro de Minas e Energia o Balanço Mineral Brasileiro, versão multimídia em CD-ROM, no II Seminário de Política e Economia Mineral, realizado em Brasília, de 15 a 17 de outubro de 2002. neral Brasileiro

2.1.1.4 - INFORME MINERAL

O Informe Mineral de periodicidade anual, que se elabora até o final do primeiro trimestre de cada ano, põe a disposição do Setor Mineral e do público informações relevantes, tratadas objetivamente onde elenca de modo analítico o desempenho da indústria extrativa mineral, abordando os indicadores da produção mineral (bens selecionados), o ambiente econômico, a balança comercial brasileira e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

Foi elaborado, concluído e divulgado em março a edição 2002 do Informe Mineral.

2.1.1.5 SUMÁRIO MINERAL

Consiste em importante instrumento de análise e acompanhamento do setor mineral, na medida em que apresenta uma comparação, à nível internacional, do panorama de cada uma das substâncias analisadas, além de antecipar, através de estimativas, os dados que só estarão disponíveis no Anuário Mineral Brasileiro, no ano subsequente.

Foi concluído o Sumário Mineral 2002 em duas versões: inglês e português. Disponível na página do DNPM a versão em português.

2.1.1.5 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, parágrafo 1º, assegurou aos Estados, Distrito Federal, Municípios e União, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Esse preceito constitucional foi disciplinado pelas Leis n.ºs 7.990/89, e 8.001/90 e 9993/2000.

Com a assinatura do Memorando Circular n.º 071, em 02 de maio de 1997, pelo Senhor Diretor-Geral do DNPM, teve início com o 1º Programa Nacional de Arrecadação-PNA da CFEM, foram estabelecidos alvos de arrecadação para o período 1997/2000, distribuídos pelas Unidades Estaduais do DNPM, cabendo a cada uma delas alcançar a respectiva arrecadação potencial.

Para o quadriênio 2000/2004, da mesma forma, o segundo Programa, Memº Circular nº 045/DIRIN – 2001, estabelece metas.

Com base nos recolhimentos registrados pelo Banco do Brasil, estima – se que a arrecadação alcance em 2002 R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões reais), ou seja, superior 25% ao realizado em 2001.

TREINAMENTO DE PESSOAL/CFEM

- Curso realizado para os fiscais da Prefeitura de Pelotas , Estado do Rio Grande do Sul,
- Cursos realizados para os funcionários do DNPM/Sede e 2º Distrito/DNPM//São Paulo.
- Cursos para fiscais da Prefeituras Conveniadas do Estados do Ceará, Matogrosso, Pará e Pernambuco.

EVENTOS TÉCNICOS/CFEM

- Reunião com os mineradores do Estado do Ceará.
- Assessoramento técnico em levantamentos, análises e consolidações de débitos nos Estados do Ceará e do Paará.
- Reunião na Cia. Vale do Rio Doce com Diretores, Prefeitos e Fiscais da Fazenda do Estado de Minas Gerais.

ESTUDOS/CFEM

- Atualização dos manuais/CFEM para cursos e seminários.
- Coordenação de estudos junto a Cia. Vale do Rio Doce e coligadas para consolidação de débitos da Compensação Fianceira.

2.1.1.6- CONTROLE DA IMPORTAÇÃO DO AMIANTO (CRISOTILA)

Acompanha e analisa o comportamento do mercado do amianto – variedade crisotila, conforme a Portaria nº 80, de 19/09/90, comparando com os dados disponíveis no DNPM sobre as concessões minerais das empresas minerais, verificando sua compatibilização.

A autorização de importação do Asbesto/Amianto, da variedade Crisotila, em qualquer de sua formasse dá, após análise para verificação do cumprimento das normas regulamentares.

Esse controle de importação interliga o DNPM, órgão anuente, ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, que é a sistemática administrativa do comércio exterior brasileiro, no registro, acompanhamento e controle das diferentes etapas das operações para a importação de Amianto. Este controle permite um enorme ganho de agilização, confiabilidade, rápido acesso às informações estatísticas e redução de custos.

Meta: Assessorar e fornecer informações aos órgãos encarregados de efetivar o controle integrado das importações de amianto da variedade crisotila.

Situação: Em funcionamento normal. Em 2002, cerca de 6 (seis) empresas cadastradas realizaram importação de variedades de crisotila num volume global da ordem de 27 mil toneladas, com um dispêndio de divisas de aproximadamente US\$ 5,2 milhões/FOB, representando um queda de 16% em volume, em relação ao ano base 2001.

2.2 COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DIVULGAÇÃO - CRIND

2.2.1 META

1. Articulação com órgãos ambientais federais, estaduais e municipais.
2. Articulação com o setor de mineração e o público em geral.
3. Programa CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINERADAS.
5. Difusão de Tecnologias Minerais em Áreas de Garimpos.

2.2.2 ARTICULAÇÃO

Articulação com o CONAMA direcionada a implantação de Convênios com os órgãos ambientais estaduais competentes visando ações conjuntas na área de meio ambiente e mineração principalmente à busca da agilização dos prazos para a emissão das licenças ambientais.

Articulação com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP visando apresentação de proposta de ação ao DNPM para o combate e prevenção da doença silicose na atividade de mineração com vista a consolidação de Convênio DNPM-UNICAMP no Exercício 2003.

2.2.3 PROGRAMA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINEIRADAS

Programa inserido no Plano Plurianual 2000 – 2003 estabelecido de conformidade com o Decreto nº 2.829/98.

A demanda para as ações do Programa está em conformidade com as seguintes prerrogativas:

- a) Macroobjetivo: melhorar a gestão ambiental;
- b) Missão Institucional do DNPM: gestor dos bens minerais do Brasil em benefício da sociedade.

São quatro as ações desenvolvidas pelo programa:

2.2.3.1 AÇÃO I: ESTUDO AMBIENTAL NA RESERVA GARIMPEIRA DE TAPAJÓS

Essa ação tem os seguintes objetivos:

- a) Levantamento da contaminação ambiental na Reserva Garimpeira de Tapajós (PA) através da análise de mercúrio, bem como das variáveis físico-químicas em ambiente tropical.
- b) Estabelecer um sistema de monitoramento visando o controle da poluição mercurial através da coleta e análise de amostras ambientais e biológicas.
- c) Investigar a contaminação nas casas compradoras de ouro através do estudo da contaminação dos compartimentos ambientais urbanos decorrentes das emissões de mercúrio resultante dos procedimentos da queima do amálgama nas casas

compradoras de ouro, no perímetro urbano da cidade de Itaituba (PA).

Meta Física: 2 estudos

Realizado: 1 estudo

Situação: O acesso a Reserva Garimpeira de Tapajós é feita via aérea através de taxi aéreo (monomotor) com uma duração média de vôo de 50 minutos. Outro fator é a manutenção da equipe técnica na área da Reserva (alimentação, pernoites, deslocamentos). Isso exige um processo licitatório para a contratação de taxi aéreo e outros serviços de apoio. Esse procedimento é complexo e demorado. Devido a isso, optou-se pela execução de um estudo sobre a avaliação da poluição mineral nas casas compradoras de ouro na cidade de Itaituba (PA) em cujo município se situa a Reserva Garimpeira.

Estudo: ESTUDO DA CONTAMINAÇÃO PROVOCADA PELA QUEIMA DE AMÁLGAMA NAS CASAS COMPRADORAS DE OURO NA CIDADE ITAITUBA (PA).

Resultado: A responsabilidade de execução do estudo é do Laboratório de Análises Mercuriais – LAM implantado no 5ºDS/DNPM/PA. Foram coletadas 191 amostras que estão sendo processadas no LAM para determinação do teor de mercúrio em solos (30), ar (16), sedimento atmosférico superficial (68), cabelo (38) e urina (39) dos trabalhadores das casas compradoras de ouro, plantas bromélias (indicadores). O relatório final deverá ser entregue até março/03.

2.2.4.2 AÇÃO II: PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINERADAS

Essa ação tem os seguintes objetivos:

a) ordenamento e disciplinamento da atividade de mineração;

b) Planejamento da atividade de mineração nas regiões metropolitanas e urbanas;

c) Controle ambiental da atividade de mineração.

Meta Física: 6 relatórios ambientais

Realizado: 1 relatório ambiental

Para cumprir com a meta física o DNPM articulou junto a Minérios do Paraná S.A. – MINEROPAR a elaboração de Convênio de Cooperação Técnica DNPM – MINEROPAR para a execução de ações visando o ordenamento e disciplinamento da atividade de mineração na Região Metropolitana de Curitiba principalmente direcionadas a extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil.

Estudo: PLANO DIRETOR DE MINERAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Resultado: Concluído o cadastramento de 378 frentes de lavra e 75 indústrias cerâmicas; concluído a fase de campo da Área II englobando 5 cartas. Está previsto para março/03 a entrega ao DNPM do produto da primeira fase que é um mapa cadastral da atividade de mineração na Região Metropolitana de Curitiba. O Convênio tem duração de 2 anos e deverá encerrar em 31/12/03.

2.2.4.3 AÇÃO III: MONITORAMENTO AMBIENTAL DA MINERAÇÃO

Essa ação tem os seguintes objetivos:

a) Monitoramento da atividade de mineração.

Metafísica: 5 lavras monitoradas

Realizado: 24 lavras monitoradas

O DNPM priorizou ações direcionadas ao monitoramento da atividade de mineração de argila nos municípios de Manacapuru e Iranduba, no Estado do Amazonas, envolvendo diretamente um contingente de 500 pessoas.

Monitoramento: MONITORAMENTO AMBIENTAL DA MINERAÇÃO DE ARGILA NOS MUNICÍPIO DE IRANDUBA E MANACAPURU (AM)

Resultado: Foram monitoradas 11 frentes de lavras no município de Manacapuru e 13 frentes de lavra no município de Iranduba bem como levantado os impactos ambientais por frente de lavra. Ações orientativas ao agente produtor foram efetivadas visando o controle ambiental do processo produtivo e a mitigação dos impactos ambientais. Ações estão sendo recomendadas junto ao órgão ambiental competente estadual – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM responsável pela outorga das licenças ambientais no sentido de melhor orientar a comunidade envolvida. O DNPM deverá implantar, no Exercício 2003, ações de orientação técnica ao pequeno produtor de argila.

2.2.4.4 AÇÃO IV: TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA PERUANA

Essa ação tem os seguintes objetivos:

- a) Revitalização da bacia hidrográfica do rio Huaypetuhe;
- b) Reflorestamento de áreas degradadas pela atividade de mineração;
- c) Treinamento de pessoal.

Trata-se de uma ação de cooperação técnica internacional Brasil - Peru sob a responsabilidade da ABC/MRE.

O DNPM é responsável pela execução da ação na qualidade de órgão de execução nacional.

Meta física: 1 projeto ambiental elaborado;

Realizado: 1 projeto ambiental elaborado.

Resultado: O DNPM entregou a ABC/MRE o Projeto Executivo para o andamento do Projeto no Exercício 2002. O andamento do projeto depende de entendimentos dos dois

governos – Brasil e Peru. Provavelmente o projeto terá andamento no Exercício 2003.

2.3 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL

2.3.1 AÇÃO I: DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS MINERAIS EM ÁREAS DE GARIMPO

Essa ação faz parte do Programa Desenvolvimento da Produção Mineral que está inserido no Plano Plurianual 2000-2003 estabelecido de conformidade com o Decreto nº 2.829/98.

Essa ação tem os seguintes objetivos:

- a) Orientação técnica ao agente produtor;
- b) Controle ambiental do processo produtivo;
- c) Segurança técnica em área da pequena mineração.

Meta física: 6 depósitos atendidos

Realizado: 3 depósitos atendidos

Foram executados 3 projetos através de convênios envolvendo as áreas federal e estadual direcionados à pequena empresa de mineração e áreas de garimpo.

1. Estudo: DIFUSÃO DE TECNOLOGIA MINERAL PARA OBTENÇÃO DE NOVOS PRODUTOS A PARTIR DOS REJEITOS GRANULADOS DE QUARTZITO ORNAMENTAL NA REGIÃO DE PIRENÓPOLIS (GO)

Resultado: Foram preparadas 2 toneladas de agregados para teste de utilização mercadológica. Os ensaios para uso em concreto e argamassa são animadores. 4 prensas com capacidade para 12, 15, 22 e 25 toneladas de material foram transferidas para Pirenópolis para a produção de placas denominadas “petit pavê”. Os trabalhos serão concluídos em dezembro/02 e o relatório final deverá ser entregue ao DNPM até março/03.

2. Estudo: APROVEITAMENTO RACIONAL E INTEGRADO DOS PEGMATITOS DO NORDESTE

Resultado: Elaborado diagnóstico sobre a atividade de mineração direcionada as técnicas empregadas para o aproveitamento geoeconômico dos pegmatitos e recomendação para o seu aproveitamento racional e integrado com base na sustentabilidade ambiental. Foram enfocadas as seguintes áreas alvos: Província Pegmatítica Seridó - Borborema (PB/RN), Províncias Pegmatíticas de Solonópolis e José de Alencar (CE), de Tenente Ananias (RN) e Itambé (BA). As linhas de ação sugeridas alcançam a concepção de um banco de dados para aglutinar as informações já existentes e dispersas sobre a Província Pegmatítica Seridó – Borborema, a utilização de novas técnicas de pesquisa geológica regional (análise multi-espectrais de imagens de satélite multi-bandas, tecnologia AVIRIS, pesquisa de corpos pegmatíticos em profundidade através de furos de sonda, métodos geofísicos de exploração mineral (GPR) e orientação técnica ao agente produtor de bens minerais oriundos dos pegmatitos. A responsabilidade de execução é do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.

3. *Estudo:* APOIO TÉCNICO E IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA PEDREIRA ESCOLA DO BRASIL

Resultado: Selecionada a área de Beija-Flor, no município de Rui Barbosa (BA) onde foi implantada a Pedreira-Escola no mês de agosto/02. Estima-se que a Pedreira-Escola terá um raio de ação amplo e que deverá abranger a totalidade dos produtores de granito da região baiana. O apoio técnico promoveu o treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra operativa, pesquisadora, gerencial e empresarial. A responsabilidade de execução é do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM.

Atividades da Diretoria de Administração Geral - DIADM

A Diretoria de Administração Geral durante o exercício de 2002, buscou implementar várias ações visando o desenvolvimento na área de tecnologia da informação, de logística, de recursos humanos, de orçamento, finanças, arrecadação e contabilidade.

As Coordenações subordinadas buscaram a implementação das ações definidas pela Diretoria, conforme suas competências.

Coordenação de Orçamento, Finanças, Arrecadação e Contabilidade

Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do DNPM, para o exercício de 2002, conforme a Lei Orçamentária Anual - Lei nº 10.1407/2002, foi de R\$59.966.844,00 (Cinquenta e nove milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro Reais), acrescido de R\$9.830.202,00 (nove milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e dois Reais) através de crédito suplementar, totalizando R\$69.797.046,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil e quarenta e seis reais).

A composição do orçamento conta com 10(dez) programas a saber:

- 1.Previdência de Inativos e Pensionistas da União
- 2.Assistência ao Trabalhador
- 3.Brasil Patrimônio Cultura
- 4.Desenvolvimento da Produção Mineral
- 5.Conservação Ambiental de Regiões Mineradas
- 6.Gestão da Participação em Organismos Internacionais
- 7.Programa Administrativo
- 8.Valorização do Servidor Público
- 9.Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais
- 10.Operações Especiais – Serviço da Dívida Externa

Da Execução Orçamentária e Financeira

Do montante aprovado (R\$69.797.046,00), foi liquidado até 31 de dezembro, R\$55.364.465,37 (Cinquenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco

reais e trinta e sete centavos), equivalentes a 79,32% da dotação orçamentária.

Transferências dos Recursos da Compensação Financeira – CFEM à União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

O Departamento Nacional de Produção Mineral, arrecadou e transferiu até 25/dez/2002, por conta da participação na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, instituída pela Lei 7990, de 28 de dezembro de 1989 e suas posteriores alterações, um total de **R\$186.459.054,44**, sendo **R\$120.941.312,91** para os Municípios produtores e Distrito Federal, **R\$42.960.832,40** para os Estados e Distrito Federal e **R\$22.407.250,45** para União, assim destinados, **R\$18.298.432,93** para o DNPM, **R\$373.528,87** repassados pelo DNPM ao IBAMA e **R\$3.735.288,65** repassados diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT.

Coordenação de Recursos Humanos

Efetivo de Pessoal

Ao final de 2002, o quadro efetivo do DNPM é de 844 servidores, sendo 290 técnicos de nível superior e 554 técnicos de nível médio, contando ainda com 28 procuradores, 10 servidores requisitados e 19 contratados para Função.

Capacitação e Treinamento

Foram treinados e capacitados em torno de 261 servidores, conforme quadro abaixo:

Evento	Participantes
Aplicações em Geologia Geotécnica e Meio Ambiente	1
Avaliação e Monitoramento de Sistemas de Disposição de Rejeitos/Barragens	21
IV encontro Nacional de Procuradores Federais	27
Geoestatísticas	11
Administração Financeira e Orçamento Público - Lei de Responsabilidade	2
Curso de Capacitação e Atualização: Pregão (Presencial e Eletrônico) e Sistema de Registro de Preços	2
II Seminário de aplicação da legislação mineral/ Porto Alegre	32
III Fórum Nacional de Dirigentes do SIPEC	2
Águas Minerais	2
II Curso de Fiscalização da taxa anual por Hectare	38

Gis Brasil 2002 – C5 “Estruturação e Modelagem de Banco de Dados para Gis” + um congresso	1
Geotecnologias de Apoio ao Planejamento e Meio Ambiente	1
II Curso de Geoestatística	13
Licitação e Contratos – Teoria e Prática	25
XV Simpósio Internacional de Ouro Preto	1
Pós Graduação MBA Planejamento e Gestão Pública	1
DBmapa Express	1
I Curso de aplicação das normas reguladoras de Mineração	24
Atualização em Topografia	9
2º Período: Atualização em Topografia	2
Curso de Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais	14
Auto Cad Nível II	1
Procedimento e Rotinas p/ Execução de Convênios, Contratos ADM e Prestação de Contas	5
XX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia Documentação e Ciência da Informação	1
Planejamento e Gestão Estratégica	1
Tarifador STI Windows 2000	2
Gerencia de Contratos para Administração Pública	1
Agilidade e Eficiência nas Compras Sistema e Registro de Preço e o Pregão	1
Avaliação de Desempenho no Serviço Público	3
Pós Graduação em Gestão Ambiental Inst. De Tecnologia da Amazônia – UTAM	2
Águas Minerais	1
Orçamento e execução financeira Desafios para o Gerenciamento dos Programas	1
Pós – Graduação em Gestão Ambiental	2
Curso interno – COFAC	2
Congresso Fenasoftware – 2002	1
41º Congresso Brasileiro de Geologia	3
Curso de Informática Microcamp Internacional	1
Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas	1
Curso de Especialização em Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1
Curso de Especialização em Meio Ambiente e Políticas Públicas Modulado	1

Coordenação de Logística e Tecnologia da Informação

Logística

Conta com servidores do DNPM e funcionários de empresas contratadas, sendo responsável pelas áreas de protocolo, malote, almoxarifado, patrimônio, serviços gerais e transporte, além da área de compras e contratos.

Tecnologia da Informação

Recursos Humanos em Informática

SEDE

De 1987 a 2002, as atividades de Informática do DNPM, estiveram sempre com a média de 25 profissionais terceirizados (Analista, Programador e Operador de Computador); em 15 anos, oito diferentes empresas forneceram mão-de-obra qualificada em tecnologia da informação (TI):

Histórico de empresas contratadas

Nº	PERÍODO	EMPRESA
01	01/87 a 01/90	Cia.Auxiliar de Energia Elétrica Brasileira – CAEEB
02	02/91 a 12/92	Assessoria e Serviços Ltda. – SADI
03	02/93 a 12/93	Método Informática e Sistemas – MIS
04	03/94 a 05/94	Empreendimentos e Materiais de Informática – EMI
05	05/94 a 08/98	Fund. de Empreend. Científicos e Tecnológicos Ltda. – FINATEC
06	08/98 a 12/98	Fundação Franco-Brasileira de Pesq. e Desenvolvim. - FUBRAS
07	01/99 a 01/00	Politec Ltda.
08	01/00 a	Poliedro Ltda.

DISTRITOS

Dos 25 Distritos com redes locais instaladas, em 16 localidades a Coordenação dispõe de profissionais do quadro do DNPM, mesmo que sem formação adequada em tecnologia, apóiam as atividades básicas de computação. Conta-se com 48 computadores servidores e 484 estações de micros, bens de informática capitalizados na ordem de R\$ 2,7 milhões.

NOTA

Está em andamento o processo de licitação para contratação de uma empresa que possibilite o atendimento mais amplo e adequado da necessidade de profissionais de informática da Sede e dos Distritos, onde se justifica a melhoria do núcleo de desenvolvimento de sistemas e a conexão das redes locais.

Desenvolvimento de Sistemas

O desenvolvimento de sistemas no DNPM está centralizado na Sede. O avanço mais significativo dos últimos 15 anos foi a migração/desenvolvimento (*downsizing*) feita do ambiente computacional de grande porte (*mainframe*), para a plataforma aberta de rede local própria do DNPM.

Os programas foram escritos em caráter emergencial em 2000, visando a atualização do “bug do milênio”, baseando-se em tecnologias de *software Microsoft*: linguagem de desenvolvimento *Visual Basic* e banco de dados *SQL Server 7.0.*, os principais sistemas construídos foram:

Nº	SISTEMA/APLICAÇÃO	SIGLA
01	Gestão da Produção Mineral	SISMINE
02	Relatório Anual de Lavras Consolidadas	RAL
03	Compensação Financeira pela Exploração Mineral	CFEM
03	Taxa Anual por Hectare	TAH
04	Cadastro de Processos de Mineração	CADMIN
05	Controle de Áreas	ÁREAS
06	Entidades do Setor Mineral	ENTIDADES
07	Juntadas	JUNTADAS
08	Minutas	MINUTAS
09	Controle de Protocolo	SICOP
10	Investimento em Pesquisa Mineral	INVESTIMENTOS
11	Informações de Sondagens Hidrogeológicas	HIDROGEO
12	Recursos Hidrogeológicos do Brasil	SIGHIDRO
13	Recursos Minerais do Brasil	SIGMETA
14	Comércio Exterior	COMEX
15	Conciliação Bancária	CONCILIAÇÃO
16	Gerenciamento e Acompanhamento de Pessoal	SIGAP

Software Antivírus

Foi adquirido no final do exercício o *software* antivírus, trata-se de um produto fundamental para segurança da instalação de informática e todos os usuários de computadores do DNPM; em contrário, os sistemas, arquivos, correio eletrônico e equipamentos sofrem por interrupções ou total paralisação. Outro aspecto importante a ser evitado é a contaminação de *sites* em outras organizações por intermédio de máquinas do DNPM, o que prejudica a imagem institucional do órgão.

Sistema de Compras, Almoxarifado e Patrimônio

Orientando-se pelo princípio do que está pronto no mercado não precisa ser desenvolvido internamente, foi adquirido no mercado no segundo semestre o Sistema ASI (Automation System of Inventory) da empresa LinkData, trata dos módulos de compras; requisição de material e almoxarifado e o de controle patrimonial, o que vem atender as solicitações internas e exigências dos órgãos de controle interno e externo.

Sistema de diárias e passagens

Também sobre o mesmo princípio foi adquirida a licença de uso do Sistema DOTAÇÃO da empresa NT Soluções, trata dos módulos de execução financeira, controle de diárias e passagens e os respectivos relatórios gerenciais, o que vem atender as solicitações internas e exigências dos órgãos de controle interno e externo.

Distribuição de Equipamentos

SEDE

Para operar os citados sistemas e visando a interligação dos Distritos, foi constituído um ativo de infra-estrutura de equipamentos no prédio da Sede, avaliado em torno de R\$ 2 milhões, compostos de: 1 roteador, 1 *firewall*, 17 *switches*, 212 *hubs* concentradores de comunicação, 21 computadores servidores de rede, 228 micros Pentium, 36 micros modelo 486, 118 impressoras a laser e 19 micros portáteis notebooks Pentium.

Coeficiente de micros por pessoas

SEDE	PESSOAL (A)	MICROS DE INVENTÁRIO (B)	MICROS OBSOLETOS (C)	MICROS EM USO D=(B-C)	COEFICIENTE (D/A)
Brasília	281*	231	70	161	0,5

* FONTE: CORHU – AGO/02 - DNPM=199, POLIEDRO=24 e CONSERVO=58

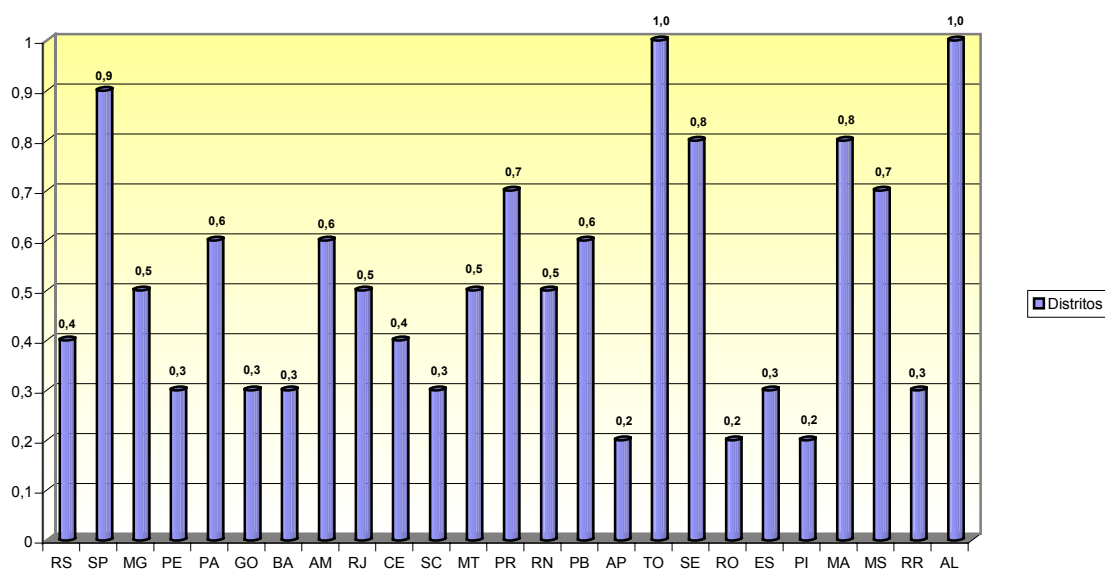
DISTRITOS

A maioria dos servidores e microcomputadores se encontram nos Distritos, são 532 equipamentos para 701 pessoas (0,7 micro por homem), conforme a distribuição a seguir:

DISTRITO	PESSOAL (A)	MICROS DE INVENTÁRIO (B)	MICROS OBSOLETOS (C)	MICROS EM USO D=(B-C)	COEFICIENTE (D/A)
RS	49	22	2	20	0,4
SP	42	48	8	40	0,9
MG	46	27	2	25	0,5
PE	58	42	24	18	0,3
PA	51	52	18	34	0,6
GO	58	47	25	22	0,3
BA	51	43	25	18	0,3
AM	34	27	6	21	0,6
RJ	40	22	2	20	0,5
CE	44	24	6	18	0,4
SC	32	24	13	11	0,3
MT	29	17	2	15	0,5
PR	18	19	5	14	0,7
RN	19	14	4	10	0,5
PB	09	9	3	6	0,6
AP	21	7	2	5	0,2
TO	04	8	4	4	1,0

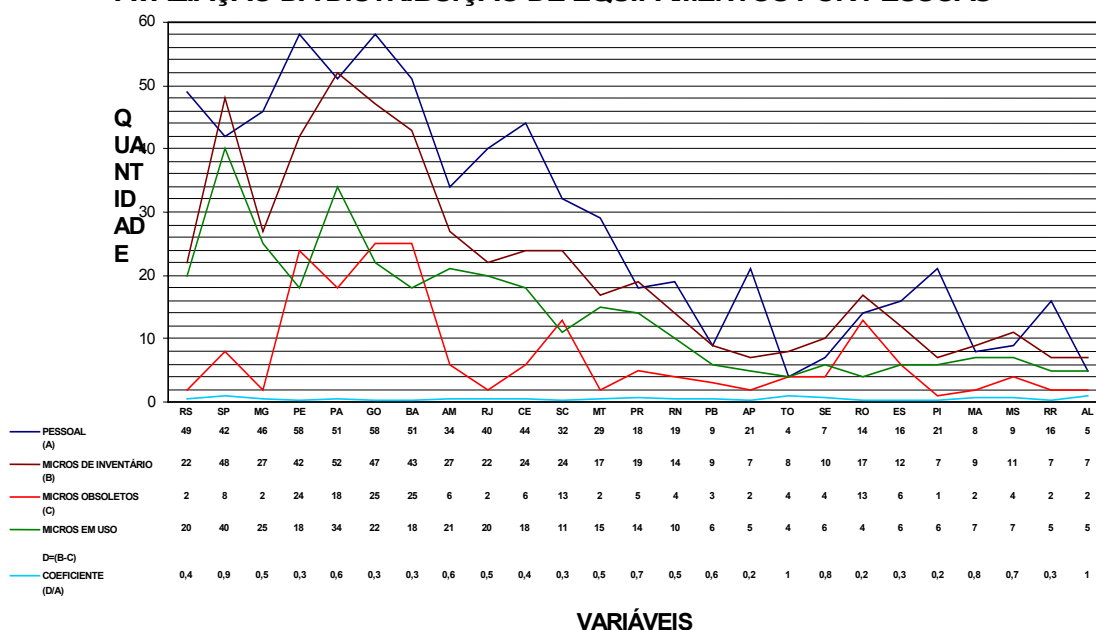
SE	07	10	4	6	0,8
RO	14	17	13	4	0,2
ES	16	12	6	6	0,3
PI	21	7	1	6	0,2
MA	08	9	2	7	0,8
MS	09	11	4	7	0,7
RR	16	7	2	5	0,3
AL	05	7	2	5	1,0
TOTAL	701	532	185	347	0,4

Distribuição de micros nos Distritos



Nº	AÇÃO	PROCESSO	RESULTADO ESPERADO
1	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	1.839/02	a) Atende ao pedido da Secretaria de Controle Externo; b) Comprometimento das ações de informática e reconhecidas pela alta Direção.
2	Contratação de consultor de Comunicação de Dados	1.389/02	a) Um consultor especialista elaborará o projeto básico com o respectivo edital; b) Tal forma possibilita o certame licitatório obter êxito, devido a complexidade de definição do objeto e do assunto.
3	Nova contratação de mão-de-obra para desenvolvimento	1.994/02	a) Ganha-se em novos desenvolvimentos, sem reformulação, apenas manteremos o que foi desenvolvido pela Finatec em 2000, o que inviabiliza a melhoria dos sistemas atuais; b) Possibilita suporte técnico adequado aos Distritos.
4	Compra de computadores servidores de rede	2.122/02	Existirá a possibilidade de melhoria de desempenho dos antigos e a implantação dos novos sistemas.
5	Compra de microcomputadores <i>desktops</i>	2.179/02	30% dos equipamentos encontram-se obsoletos;
6	Compra de um roteador	2.211/02	Possibilitará a ligação do DNPM com os Distritos;
7	Compra de Firewall	2.094/02	Peça fundamental de segurança da instalação em termos de redes locais;
8	Infra-estrutura para Atendimento ao Cliente	1.914/02	Melhoria da imagem institucional do DNPM junto a todos os clientes;
9	<i>Upgrading</i> do sistema de telefonia	1.473/02	Melhoria do desempenho dos serviços;
10	Reforma das salas da Informática com divisórias	0312/02	Conforto higiênico no ambiente de trabalho;
11	Manutenção dos micros Microtec	2.041/02	Necessidade de manutenção do patrimônio;
12	Contratação de <i>frame-relay</i> DNPM/SERPRO	2.212/02	Independência de uso dos sistemas federais;
13	Contratação emergencial de <i>software</i> Antivírus	1.772/02	Peça fundamental de segurança da instalação em termos de redes locais;
14	Contratação de <i>software</i> Antivírus	0617/02	Peça fundamental de segurança da instalação em termos de redes locais;
15	Contratação de Certificação Digital (SERPRO/SERASA)	449/02	Garantia de funcionalidade e segurança do SISMINE
16	Contratação de <i>software</i> Compras, Almoarifado e Patrimônio	266/02	Em curto prazo preenche uma lacuna de necessidade de sistema
17	Contratação de <i>software</i> Diárias e Passagens	1.544/02	Em curto prazo preenche uma lacuna de necessidade de sistema
18	Contratação de manutenção de micros		a) Desburocratiza o processo de compra de componentes; b) A manutenção preventiva deve ser realizada constantemente e a corretiva deve ter agilidade; c) Reduz a dependência por equipamentos e o nível de reclamação.
19	Contratação de <i>software</i> Dívida Ativa da União (Cobrança)	Sem dossiê	Aumenta a capacidade de cobrança e receita do órgão
20	Compra de <i>software</i> AutoCAD 2002	616/02	Melhoria dos serviços de engenharia;
21	Compra de <i>software</i> Adobe Acrobat Writer	939/02	Melhoria da editoração de textos a partir da Internet
22	Contratação de <i>software</i> Banco de Dados Oracle	Em dossiê	Mudança de paradigma de trabalho de informática no DNPM
23	Contratação de <i>software</i> para a Biblioteca	Sem dossiê	
24	Contratação de upgrade de <i>software</i> básico Microsoft	Sem dossiê	
25	Construção do Portal DNPM Internet	Sem dossiê	
26	Contratação de <i>software</i> Gerenciador de Redes	Sem dossiê	

AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS POR PESSOAS



Documentação - Biblioteca

As atividades realizadas pela Biblioteca, compreendem:

1. Seleção e descarte de documentos acumulados nas estantes, sem pertinência à biblioteca,
2. Atendimento ao público em geral (balcão, via telefone, fax, E-mail), e aos usuários da casa,
3. Atendimento aos pedidos dos Distritos Regionais,
4. Manutenção do intercâmbio entre as Instituições Nacionais e Internacionais,
5. Elaboração do Catálogo de Publicações do DNPM, e envio de 1 (um) exemplar para cada Distrito Regional,
6. Elaboração de Catálogo dos CD-ROM's do Projeto RadamBrasil, para facilitar a busca,
7. Reorganização e relação dos Mapas do Projeto RadamBrasil, para conhecimento dos mapas extraviados de cada volume,
8. Elaboração do Boletim de Novas Aquisições, informando os títulos de periódicos e monografias recebidas por intercâmbio,

- 9.Reorganização do setor de arquivo técnico, em curso;
- 10.Elaboração de Lista de Duplicatas,
- 11.Reorganização da Mapoteca, em execução.

Brasília, 06 de janeiro de 2003

MARCELO RIBEIRO TUNES
Diretor-Geral do DNPM